



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Thalissa Cavejon

Para quem é a cidade dos imigrantes e da indústria?

As trajetórias e experiências de mulheres haitianas do bairro Comasa
no mercado de trabalho em Joinville/SC.

Florianópolis

2022

Thalissa Cavejon

Para quem é a cidade dos imigrantes e da indústria?

As trajetórias e experiências de mulheres haitianas do bairro Comasa
no mercado de trabalho em Joinville/SC.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestra em sociologia.
Orientador: Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cavejon, Thalissa

Para quem é a cidade dos imigrantes e da indústria? :
As trajetórias e experiências de mulheres haitianas no
mercado de trabalho do bairro Comasa em Joinville/SC. /
Thalissa Cavejon ; orientador, Rodrigo da Rosa Bordignon,
2022.

64 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. sociologia do trabalho. 3.
Imigração. I. da Rosa Bordignon, Rodrigo. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

Thalissa Cavejon

Para quem é a cidade dos imigrantes e da indústria?

As trajetórias e experiências de mulheres haitianas do bairro Comasa
no mercado de trabalho em Joinville/SC.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Teresa Kleba Lisboa, Dra
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que
foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em sociologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado à todas as mulheres imigrantes.

AGRADECIMENTOS

O mestrado representa um sonho, uma construção e o caos, os dois anos e meio só foram possíveis porque pessoas incríveis estavam ao meu redor, assim, gostaria de agradecê-las.

Iniciando, quero deixar aqui registrado ao primeiro professor que abraçou meu sonho, João Manfio, obrigada por sempre ter me apoiado e ajudado tanto até o ingresso no programa.

Minha família, por terem sempre me apoiado e acreditado, que ajudaram de forma direta ou indireta, minha mãe que ajudou a cuidar da minha filha recém-nascida enquanto eu assistia as aulas online, minha irmã e minha avó, por terem cuidado da Olga tantas vezes para que eu pudesse ir fazer a pesquisa, sempre que não podia levá-la comigo.

Ao meu companheiro de vida Rafael, por nunca ter deixado de me incentivar a continuar acreditando que daria certo e que eu daria conta. A minha pequena Olga, minha filha, por ser fonte de coragem e inspiração para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, com justiça social e equidade de gênero.

Meus amigos da família fundação, com vocês construo sempre, enquanto ser humano e profissional, obrigada por tantas partilhas, que bom ter vocês como amiges. Rhuan e Carol que me ouviram e me apoiaram nas discussões para a pesquisa, além de toda a parceria e amizade sincera.

Ao meu orientador, Prof. Rodrigo, por toda compreensão na orientação, tanta humanidade, pelas falas sinceras e por toda liberdade no processo de trabalho, você com certeza faz com que a pós-graduação seja mais leve. A minha amiga e companheira de mestrado Jocieli Decol por ter me apoiado tanto durante esse exaustivo período de estudos.

Agradeço à Dona Nazarita, uma mulher fantástica, que luta tanto por justiça social, por ser tão acolhedora e por todo apoio ao longo dos processos de observação e entrevistas, o mundo se torna melhor por existir pessoas como a senhora. Também, agradeço e expresso minha solidariedade às mulheres imigrantes, por toda contribuição

na pesquisa e por permitirem compartilhar suas trajetórias cheias de sentimentos, dores, sonhos e anseios.

As minhas companheiras e amigas de trabalho no Programa Jovem Aprendiz, por serem ombro amigo, pelos abraços e carinho, por darem suporte e estarem sempre acreditando e me apoiando, vocês com toda certeza são incríveis. Em especial para Cibele, Nai e Madu.

A CAPES por ter fornecido a bolsa de pesquisa durante boa parte de minha pesquisa, foi de extrema importância para que eu continuasse no programa enquanto mulher, mãe e em um cenário de situação de pandemia. Que nosso país invista na ciência, promova a valorização a todes que trabalham no fomento da pesquisa no Brasil.

E a todes aqueles que de forma indireta me ajudaram a chegar até aqui, pois, nunca alcançamos algo sozinhes, sempre temos suporte e apoio.

Este trabalho é fruto do pensar de forma coletiva e no coletivo!

Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.

Angela Davis.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central as trajetórias das mulheres imigrantes haitianas no mercado de trabalho em Joinville/SC, observando suas histórias e narrativas acerca dos enfrentamentos e contradições sociais a que são submetidas no mercado de trabalho. Trata-se de um esforço para compreender as representações e expectativas como mulher migrante e os embates para se inserirem no mercado de trabalho, construindo a compreensão das condições sociais de inserção enquanto migrantes no Sul-global, até sua instalação na cidade. Desta forma, estão em pauta neste contexto, a mulher imigrante e seus constrangimentos sociais, as relações de aprendizagem da língua local, o português, o confinamento ao cuidado e ao lar, as imbricações das relações sociais e a escassez de políticas públicas capazes de suprir tais necessidades. Para isso, a metodologia da pesquisa apoiou-se em observação participante, atuando de forma direta nas rodas de conversa e encontros das mulheres imigrantes no bairro Comasa, situado na região leste de Joinville, bem como, a realização de entrevistas, observando para além das suas histórias, os marcadores sociais e experiências até a chegada na cidade e inserção como trabalhadora. Portanto, as questões que serão debatidas, nesta pesquisa, buscam compreender o cenário da cidade nas relações de inserção no mercado laboral, a partir da investigação das trajetórias contadas, das concepções sociológicas analisadas e trabalhadas, a fim de desvelar os constrangimentos sociais que deslocam as mulheres haitianas para o desemprego, ou, lugares sociais e trabalhos precários em Joinville/SC.

Palavras-chave: Imigração Haitiana, Mulheres, Mercado de Trabalho, Joinville/SC.

ABSTRACT

This dissertation aims at Haitian immigrant women in the social labor market in Joinville/SC, observing their stories and narratives about the confrontations and contradictions that are central in the labor market. It is an effort to understand how trajectories, representations and expectations as migrant women and the confrontations to enter the job market, insert the understanding of the social conditions of insertion in the global south, until it is installed in the city. Education, women's learning and local education, education, education, education, education, education, education, education, education, education, education, education, learning, restrictions, social restrictions, learning, children, learning, education, education, education, education, needs, education, social needs and education, education needs, social needs . For this, we are together in carrying out the research in participatory observation of the methodology, in a form of research in the circles and meetings as well as immigrant women in Bairro Comasa, in the eastern region of social crossing and social experiences until arrival and in the job market. Therefore, as questions that will be debated in this research, seek to understand the scenario of the relations of insertion in the work from the stories told, from the sociological conceptions in order to unveil the social restrictions that move as Haitian women to employment or precarious social places in Joinville/SC.

Keywords: Haitian Immigration, Women, Labour Market, Joinville/SC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cadastros haitianas SINE 2007 a 2018.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESP - Associação de Moradores da Entrada do Espinheiros

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CDH Centro de Direitos Humanos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC Instituto Federal de Santa Catarina

MINUSTAH Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MNIC - Museu Nacional de Imigração e Colonização

NSCTV Nossa Santa Catarina Televisão

OIM Organização Internacional para as Migrações

PNAS Política Nacional de Assistência Social

SINE Sistema Nacional de Empregos

UNIVILLE Universidade da Região de Joinville

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 DECISÕES, JUSTIFICATIVAS E METODOLOGIA	17
2 FLUXOS MIGRATÓRIOS E A CONSTRUÇÃO DE JOINVILLE COMO A CIDADE DO IMIGRANTE	24
3 LUGARES NÃO OCUPADOS E REDES DE SOLIDARIEDADE	33
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E CONDIÇÕES DE INSERÇÃO.....	37
4 TRAJETÓRIAS E SEUS CONTEXTOS EM RELAÇÃO A GÊNERO, TRABALHO E IMIGRAÇÃO: MULHERES HAITIANAS EM JOINVILLE	40
4.1 TRAJETÓRIAS MIGRANTES E O TRABALHO.....	45
4.2 LÁ DO HAITI: AS HISTÓRIAS CONTADAS E OS ANSEIOS DE MULHERES IMIGRANTES NA BUSCA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	59
FONTES	62
ANEXO 1.	64

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a investigação das trajetórias de mulheres haitianas moradoras do bairro Comasa no mercado de trabalho em Joinville, situada ao norte do estado de Santa Catarina. Trata-se de um esforço para compreender a história de vida após a chegada na cidade, representações e expectativas como mulher migrante e os enfrentamentos na busca e inserção no trabalho, seja formal ou informal, visto tal inserção como parte da construção das suas trajetórias na cidade, construindo a compreensão das condições sociais de alcançarem seus objetivos profissionais e de vida enquanto migrantes no Sul-global.

Portanto, estão em pauta neste contexto, a mulher imigrante e seus constrangimentos sociais, envolvem também como parte da análise, as relações de aprendizagem da língua local, o português, o confinamento ao cuidado e ao lar, as imbricações das relações sociais e a escassez de políticas públicas capazes de suprir tais necessidades. Pois, os atravessamentos sociais na cidade de Joinville configuram complexidades em relação ao contexto dos imigrantes, pautada na história oficial da imigração europeia e principalmente, a alemã, como exclusiva da cidade, perpassa pela esfera social questões como o apagamento das demais trajetórias fundadas.

Este tema de mulheres imigrantes haitianas no mercado de trabalho joinvilense, começa a ser pensado a partir das problemáticas trazidas na formação popular online fomentada pelo Movimento Negro Maria Laura - Joinville/SC (Fundação em 27/01/2015) em 2020, protagonizado por ativistas, professores populares, figuras que fazem a luta por justiça social acontecer na cidade, trazendo pautas de debate com consciência sobre a população negra de Joinville, seus deslocamentos e suas emergências. Desta forma, a condição da mulher negra e imigrante encontra-se dentro das pautas de extrema importância e urgência da cidade, por isso, me despertou a vontade de pesquisa para este trabalho, a intenção de investigar as experiências que estas tiveram na busca e inserção no mercado de trabalho.

Assim, a pesquisa pretende trabalhar em torno das experiências e narrativas, a fim de compreender as trajetórias de quatro mulheres imigrantes e a inserção mediada pelas relações de poder no mercado de trabalho. O objetivo central, é a análise das vertentes de desigualdade étnico-raciais e de gênero sofrido por mulheres na sua condição como imigrante e mulher trabalhadora, desta forma, desvelando os constrangimentos

sociais vivenciados por elas. Desta forma questiona-se: Quais são as trajetórias e condições de inserção de mulheres haitianas no mercado de trabalho em Joinville/SC? Compreendendo as trajetórias das mulheres imigrantes como sujeitas de direitos, e, como essas mulheres se inserem para além do entendimento de base que é a oferta e procura, desta forma, aprofundar o debate dessa inserção efetiva, desta forma tratando das bifurcações e problemáticas das questões étnicas raciais e classe, trazemos a centralidade conceitual do trabalho e compreendendo as experiências das mulheres haitianas.

A organização deste trabalho será dada em três partes, a fim de construir o entendimento da problemática. Na primeira parte foi pensado em explicar sobre os fluxos migratórios, em particular no sul global e como tais fluxos intercalam até a cidade de Joinville/SC, também sua imagem enquanto cidade imigrante e seus evidentes apagamentos históricos das demais versões, sobre seu desenvolvimento enquanto acolhedora aos imigrantes vindos em busca de trabalho. Compondo desta forma a compreensão dos fluxos migratórios, como e porque acontecem e as configuram nas relações sociais na cidade.

Na sequência, discutir os lugares não ocupados por mulheres haitianas nas políticas públicas, como a ausência destas interfere no exercício da cidadania e conseqüentemente o acesso ao mercado de trabalho ou ainda, dos serviços já existentes e que compõem os serviços de atendimento social não são acessados, condicionantes estas, que reforçam as questões de desigualdade de gênero. Compreender sobre o universo de inserção e igualmente, trabalhar a criação das redes criadas para dar suporte e apoio para a construção dos indivíduos na cidade, compreendendo as relações de coerção social e como os processos sociais se baseiam nas necessidades individuais, dando origem à configuração das redes de apoio. Explicitar as trajetórias imigrantes, por meio de observação participante e escuta ativa, conhecer como as famílias são apoiadas na cidade através da própria rede de apoio, por vezes os próprios imigrantes que ao observarem as problemáticas de inserção atuam na construção das redes de solidariedade e como as mulheres destas famílias sofrem com um não lugar na sociedade. Por fim, na última parte do trabalho, tratar das trajetórias das mulheres imigrantes haitianas, momento do processo de escuta para conhecer e compreender sobre o universo de inserção e como lidam com suas expectativas e a realidade que encontraram ao se estabelecerem na cidade.

1.1 DECISÕES, JUSTIFICATIVAS E METODOLOGIA

Dos aspectos metodológicos da pesquisa sobre a imigração haitiana, com enfoque nas mulheres imigrantes e a inserção mediada pela relação de oferta de trabalho, se faz necessário a análise sob perspectivas diversas e complexas, contextualização das forças que operam na escolha forçada de migrar, como os fluxos globais de migração tem se formado e intensificado, como os deslocamentos geram transformações de aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos, bem como estreitar tais entendimentos até fluxos migratórios no sul-global¹ e por conseguinte, na cidade de Joinville/SC.

Este trabalho, também se dará por meio de processo de observação do *modus operandi* da sociedade joinvilense acerca dos indivíduos imigrantes e como esse comportamento opera no mercado de trabalho, observando narrativas sobre essa população na cidade e como as oportunidades chegam até as mulheres imigrantes haitianas, ou mesmo, quando não chegam, quais as ações que podem ou poderiam ser tomadas para sanar as problemáticas que as contornam. Assim como, analisar informações em relação a condição destas como mulheres trabalhadoras, informações estas, advindas de serviços públicos como CEPAT - Centro Público de Atendimento ao Trabalhador, SINE – Serviço Nacional de Emprego e Secretaria de Assistência Social, Associação Catarinense de Imigrantes e pessoas físicas que se motivam e organizam o apoio ao imigrante na cidade, bem como o grupo de mulheres imigrantes do bairro Comasa. Como modo de apreensão do fenômeno migratório, situada na microssociologia, esta pesquisa é conduzida por especificidades e têm como fio condutor o estudo das trajetórias traçadas e fundadas pelas mulheres haitianas em Joinville, observando a estrutura que se forma nas relações de trabalho e se não se formam, quais as barreiras e enfrentamentos que sujeitam estas mulheres a não ocuparem lugares sociais na cidade.

A não inserção de mulheres imigrantes no mercado de trabalho implica em vulnerabilidades, precariedade (BOURDIEU, 1998; CASTEL, 1998) e constrangimentos sociais, enfrentam o preconceito para além do *status* de imigrante, como mulher, estas têm menos acesso a emprego, ganho salarial menor historicamente do que homens e menor que mulheres nativas.

¹ Para Boaventura Sousa Santos (p. 7, 2008), a “experiência colonial comum permite a constituição de um Sul global, onde a condição pós-colonial se impõe cada vez mais na análise e caracterização das condições políticas específicas.”

Dubet (2014) afirma que a precariedade se dá pelo aumento expressivo do desemprego e pela forma atípica de emprego, como por exemplo, contratos temporários e somente como substituto ou mesmo pode acrescentar a ausência de informações sobre descontos em seus rendimentos, e, horários diferenciados a fim de propor folgas diminuídas, desta forma, é a integração incerta no mercado de trabalho que denota a precariedade.

Desta forma, “A imagem da mulher imigrada reclusa, que tem por função assegurar as tarefas domésticas e transmitir uma tradição julgada arcaica, oculta seu lugar no mundo do trabalho [...]” (QUIMINAL, 2009, p.141). A migração, portanto, está condicionada a forças que levam o sujeito a deixar seu país de origem, desta forma, uma diáspora forçada, rodeada de fatores históricos e que ancoram o fenômeno social de migração de crise (CLOCHARD, 2007).

Desta forma, a condição de inserção de mulheres imigrantes, implica nas influências das relações sociais relativas a gênero, raça e classe, utilizando do conceito de Interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), no processo de mobilidade de mulheres. Utilizar da interseccionalidade como ferramenta analítica, segundo Collins e Bilge (2021), apontam que esta é uma forma de explicar e compreender a complexidade do mundo, sua reprodução e suas interações sociais, apontando resoluções relevantes para análise da desigualdade social global, sendo que alguns grupos são mais vulneráveis que outros em relação às mudanças na economia global, desta forma, o conceito “fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 33)

Giddens (2018, p. 121) aponta em sua concepção sociológica acerca da reprodução social que a discriminação étnica contemporânea em diversos países tem como consequência levar essas populações a um mercado, profissionais segmentados, fomentando a produção de subclasses, tratando como dupla discriminação, sendo o que acontece com as mulheres em relação a sua força de trabalho, com efeito para as mulheres de “antecedentes étnicos sujeitos a discriminação pode existir uma tripla discriminação”

Ainda referente a presença dos imigrantes no campo do trabalho operário, “os imigrantes compunham um quadro social de nível inferior ao dos operários residentes já estabelecidos, mas dificilmente poderíamos referir-nos às diferenças entre as duas zonas operárias como diferenças de classe.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.63)

Observando o objeto do trabalho através da análise das experiências e narrativas, e a fim de compreender as trajetórias das mulheres imigrantes, a condição de inserção no mercado de trabalho, o objetivo central como já mencionado, é analisar as condições de inserção, as vertentes de desigualdade étnico-raciais e de gênero sofrido por essas mulheres na sua condição como imigrante e mulher trabalhadora. Akotirene (2020) expõe que se referindo aos direitos humanos, estes ainda proporcionam acessos irrestritos, que independente de raça, sexo, etnia, idioma, nacionalidade ou religião, as mulheres negras se veem continuamente em situações racistas e sexistas e a elas é negado trabalho, privadas de espaços e por fim, são silenciadas até para falarem sobre as discriminações que sofrem. Desta forma, as relações sociais que permeiam a vida das mulheres haitianas, em questão neste trabalho, são permeadas por exclusão (LENOIR 1989) e ausências.

Em levantamento de dados iniciais para pesquisa, foi enviado para mais de cem empresas do setor da indústria, a solicitação de informações sobre número de empregadas imigrantes haitianas na empresa, porém não houve retorno no setor privado de Joinville/SC em relação aos números de empregadas haitianas no quadro de colaboradores. Inclusive, foi feito contato com as empresas de recrutamento e seleção sobre vagas oferecidas contra a contratação do contingente de imigrantes, mas também não se obteve retorno.

A análise da pesquisa ampara-se na sociologia de Elias e Scotson (2000), na obra "Os Estabelecidos e os Outsiders", dando significância aos dados não estatísticos, haja visto a escassez ou ausência de dados estatísticos significativos relativos à inserção das mulheres haitianas no mercado de trabalho. Elias e Scotson (2000, p. 59) quando analisam a comunidade de Winston Parva em Os Estabelecidos e os Outsiders, salientam ponto que é central para análise desta pesquisa, "dados sociais podem ser sociologicamente significativos sem ter significado estatístico e podem ser estatisticamente significativos sem ter significado sociológico." À vista disso, com todas as expressões da questão social, embora não se tenha quantificação significativa de dados expressos para pesquisa, há uma condição a ser analisada que perpassa a apresentação de tais dados expressos em números de imigrantes empregadas versus não empregadas, mas na concepção social dada a elas, os papéis sociais desempenhados pelos atores envolvidos.

Esta pesquisa se torna possível sob a mediação das mais diversas fontes, sendo contatos de grupos de estudo, coletivos, ongs e poder público. Conforme Beaud e Weber (2014, p.31),

A observação etnográfica não se assenta sobre universos dos indivíduos, mas, sim, sobre universos de relações. Trabalhar num ambiente de interconhecimento permite à pesquisa não patinar, não ter de recomeçar, sem parar, a partir de zero. Tais relações contribuem para o acesso às interações sociais e permitem confrontar os discursos oferecidos durante a pesquisa, trazendo assim contextualização.

Ainda, Tavory e Timmermans (2009), afirmam que, diferentemente da prática etnográfica de antropólogos, na sociologia o trabalho metodológico caminha para prática de observação participante e assim, desenvolve conceituações para o trabalho sociológico. Amparado nesta análise, foram feitos momentos de observação participante do grupo de mulheres imigrantes do bairro Comasa.

Como será abordado a frente no trabalho, as observações foram fomentadas a partir de encontros primeiramente semanais, com programação de minicurso para as imigrantes e posteriormente mensal, onde junto com a Dona Nazarita de 57 anos, e que é residente do bairro Comasa há 38 anos e apoia a população imigrante junto com seu marido há mais de dez anos, com muitas tentativas de organização junto ao CDH para chegar ao poder público as necessidades da população, movimenta o objetivo da constituição da casa de acolhida ao imigrante.

O bairro em 1997 passou de Conjunto Habitacional Comasa do Boa Vista para de fato Bairro Comasa, possui história arraigada pela população migrante, em final da década de 1980, o bairro passou a ser lar de inúmeras de famílias advindas do Paraná, estas que sofreram hostilização como “piadas de paranaense” ou “de que vieram tomar os empregos dos joinvilenses”, este comportamento denota quão hostil a cidade pode ser com recém-chegados. A grande quantidade de famílias que migraram para o bairro, deu inclusive nome a região, como Vila Paranaense, atualmente estimada em 23.992 habitantes (JOINVILLE, 2017) ainda é escolha de famílias vindas de diversos lugares do Brasil e imigrantes de outros países, atraídos pela indústria de fundição da região.

É neste bairro, junto com Dona Nazarita, que é construído uma rede de apoio para doações e que as imigrantes pudessem ter pelo menos um momento no mês para que pudessem conversar em grupo e se unirem nas pautas emergentes relacionadas a sua condição como mulher migrante, servindo estes momentos como fomento para entidades do setor público fazer intervenções através da reunião das mulheres em um espaço só.

Bourdieu (2012) aponta, que ao entrevistar o pesquisador se coloca em um jogo e estabelece regras, entretanto, é necessário estabelecer uma escuta ativa e metódica, para reduzir qualquer violência simbólica que possa existir entre o entrevistador e o entrevistado, desta forma, é necessária uma comunicação não-violenta. Com as mulheres haitianas, foi uma construção singular, houve um caminho prévio juntas, ouvindo e observando, e, com elas a comunicação além de atenta, é preciso uma escuta empática assim, deve ser estabelecida na alteridade. Desta forma, ao tratar de trajetórias, se pode perceber que tais narrativas trazem memórias, nas quais evocam sentimentos, estes que também são enunciados e que devem ser interpretados na pesquisa.

Na investigação das histórias de vida e trajetórias no mercado de trabalho, as entrevistas se darão de forma semiestruturada e individual, a fim de permitir que elas possam se expressar em suas trajetórias de forma que a entrevista possa captar as expressões vivenciadas em suas realidades sociais. Para elaboração da pesquisa de campo feita através da observação participante, e, por conseguinte as entrevistas, visando a obtenção de informações que possam ser analisados e por fim que possam refletir o microcosmo social, para isto, foi pensado os seguintes eixos centrais de análise da pesquisa:

- a) Motivação por migrar;
- b) Escolha de Joinville como lugar para se estabelecer e a trajetória até a cidade;
- c) Expectativas x realidade encontrada;
- d) Profissão e ambições no Haiti x Joinville;
- e) Como observam a relação de políticas públicas presentes nas suas questões como imigrantes;
- f) Enfrentamentos de racismo, violência e xenofobia na cidade;

Tais eixos compõem uma análise complexa do contexto em que estas mulheres estão inseridas, e tendem a formar um sistema de relações que irão constituir de forma mais específica o microcosmo social, refletindo os níveis de interação social entre elas e as condições de inserção no mercado de trabalho joinvilense. A partir desta visão dos eixos de análise, Bourdieu (2011) vai afirmar referente às variáveis e os sistemas de variáveis, que para além de variáveis estatísticas, deve-se interrogar a respeito de tudo o

que representa a definição real das coisas, trazendo a interpretação das relações em que estas variáveis são introduzidas.

As hipóteses levantadas no estudo são inicialmente de que a ausência de oportunidades de trabalho e os constrangimentos sociais às mulheres haitianas estão ligados não somente ao confinamento ao lar e o não aprendizado do idioma português, mas, assim como o nível de escolarização que chegam aqui, sendo muitas, em situação de analfabetismo, impossibilitando o aprendizado da língua portuguesa. As mulheres que são mães, em maior parte, não conseguem acesso à creche pública, dando então a impossibilidade de acesso as aulas que esporadicamente são oferecidas por instituições religiosas na região ou mesmo as que são divulgadas pela rede socioassistencial, bem como o não acesso quando chegam na cidade, aos aparelhos de ensino regular.

Questões relativas aos constrangimentos sociais/preconceitos que se encontram veladas, intrínsecas nas vivências e que contribuem para o agravamento das vulnerabilidades para estas sujeitas é a hipótese que se sobressai no estudo, pois quando a busca de trabalho acontece, evidenciam-se problemáticas de exclusão que operam no processo de inserção. A partir dos relatos colhidos, as hipóteses referentes aos pontos da intersecção de gênero, raça e classe, se tornam imprescindíveis para a compreensão central da pesquisa.

Das limitações do campo de pesquisa se configuram em primeira instância na língua *kreyòl ayisyen*, idioma oficial do Haiti, que como será debatido a frente neste trabalho, as mulheres haitianas possuem maior dificuldade em se inserirem no contexto da língua portuguesa, sendo preciso a inserção de um terceiro nos momentos de observação participante e entrevistas, visto a necessidade de tradução. Neste grupo de mulheres imigrantes do Comasa, em específico, questões como submissão ao marido, onde apenas seus parceiros respondem por elas não foi observado e que conforme momentos de observação em outros bairros e relatos de terceiros, é comum na cultura haitiana com as mulheres casadas, entretanto, percebe-se a influência das questões patriarcais, pois a competitividade e rivalidade entre as mulheres do grupo são muito presentes, sendo observado não só no grupo online, nas trocas de mensagem, quanto atitudes no grupo presencial.

Portanto, é necessária uma sensibilidade e reflexividade ao coletar as entrevistas a fim de capturar as experiências sem que ruídos influenciem na compreensão, foi

necessária uma construção coletiva e atenta junto ao grupo, não somente para criar laços de confiança, mas para que estas já fragilizadas e vulnerabilizadas pudessem se sentir em um ambiente seguro para relatar suas experiências. Bourdieu (2012, p. 694) em *A Miséria do Mundo* aponta, justamente, para tal reflexividade e atenção ao olhar do sociólogo, segundo ele,

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexiva, baseada num “trabalho”, num “olho” sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas.

Também, identifica-se como limitação no campo da pesquisa, a dificuldade em angariar dados completos sobre a situação das mulheres haitianas na cidade, isto dado ao fato de que os dados estatísticos advindos do poder público, como os fornecidos dos pela rede sócio assistencial, não traduzem a realidade encontrada por elas no momento de inserção, bem como esta ausência nos espaços de atendimento social pode refletir nas questões de dificuldade em acessar aparelhos públicos, se pretende compreender este fenômeno através de entrevistas com a rede de apoio local das imigrantes, buscando informações de quais são as dificuldades e enfrentamentos, bem como qual a concepção de poder público, se há ausências institucionais e os mecanismos das prática cotidiana social, dando assim, tratamento sociológico aos dados.

Portanto, as questões que serão debatidas, nesta pesquisa, buscam compreender o cenário da cidade nas relações de inserção no mercado trabalho a partir das trajetórias contadas, das concepções sociológicas analisadas e trabalhadas, a fim de desvelar os constrangimentos sociais que deslocam as mulheres haitianas para o desemprego, ou, lugares sociais e trabalhos precários em Joinville/SC.

2 FLUXOS MIGRATÓRIOS E A CONSTRUÇÃO DE JOINVILLE COMO A CIDADE DO IMIGRANTE

O movimento migratório sempre fez parte das sociedades, contudo com o processo de interação global fez com que este processo tomasse maiores proporções, tal processo ganha ênfase e destaque tornando-se preocupante do ponto de vista das vulnerabilidades e da condição que esses migrantes ingressam nos países. Com suas mais diversas causas, o ato de deixar seu país de origem tem como motivação as mais diversas, como situação de guerra, desastres naturais, conflitos políticos, condição econômica e por consequência o desemprego em massa e ausência do Estado. Ao migrar, os indivíduos buscam condições de vida melhores, garantia de direitos básicos e dignidade humana.

Lisboa (2006) define a categoria migração como uma ação social, podendo ser esta ação individual ou coletiva que se dá de livre vontade do indivíduo ou de forma forçada que se desloca internamente ou externamente de um país para outro, onde envolve fronteiras não só geográficas mais tanto políticas e administrativas, havendo processos de aculturação e fixação no novo local de moradia.

A análise de que a migração muda extensivamente as populações ao redor do mundo impacta em todos os fatores sociais e apesar de representar diversidade e conhecimentos que poderiam contribuir para as sociedades que recebem e acolhem, a realidade se torna complexa e diversa. Conforme explanam Stephen Castles, Hein De Haas e Miller, Mark J. na obra *A Era das Migrações: Movimentos Populacionais Internacionais no Mundo Moderno* (2019, tradução nossa).

A migração e a resultante diversidade étnica e racial estão entre os temas mais emotivos das sociedades contemporâneas. Embora as taxas de migração global tenham permanecido relativamente estáveis ao longo do último meio século, a importância política da migração aumentou fortemente. Para as sociedades de origem, a partida de pessoas levanta a preocupação com a “fuga de cérebros”, por um lado, mas também cria a esperança de que o dinheiro e o conhecimento que os migrantes reúnem no exterior possam promover o desenvolvimento humano e econômico. Para as sociedades de acolhimento, a fixação de grupos migrantes e a formação de minorias étnicas podem mudar fundamentalmente o tecido social, cultural, econômico e político das sociedades, particularmente a longo prazo (DE HASS; CASTLES; MILLER, 2019, p. 1, tradução nossa).

A migração não é um estado, mas sim um processo, não sendo mais considerado uma característica, mas o que esse deslocamento indica que poderá ser de um estado para outro, ou também partir de uma imigração transnacional ou até mesmo internacional,

sendo as motivações para esses fluxos, encontrar emprego seja provisório ou aquele que irá corresponder a sua qualificação, ou até mesmo por razões políticas (QUIMINAL, 2009). Dito isto, se percebe que nem sempre o ato de migrar é uma escolha livre, mas condicionada a forças que levam o sujeito a se sujeitar a deixar seu país de origem, desta forma, uma diáspora forçada (HALL, 2006), rodeada de fatores históricos e que ancoram o fenômeno social de migração de crise (CLOCHARD, 2007).

Baeninger e Peres (2004, p.04) traduzem as questões teóricas sobre tais deslocamentos forçados,

Na ampliação do conceito de migração de crise, consideramos o escopo teórico-conceitual dessa migração, incorporando imigrantes com a condição jurídica de refugiado, imigrantes solicitantes de refúgio, imigrantes com “refúgio humanitário”, crise humanitária e imigrantes refugiados ambientais. Estas categorias revelam a presença histórica da “crise” na origem do fluxo migratório – com a conotação de uma “migração forçada” – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da “crise” migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração.

É inserido neste contexto de migração forçada que a migração haitiana se configura, esse processo é fruto de produção e reprodução histórica com sua trajetória de país promissor no século XVIII e atualmente símbolo de pobreza e violência. No sistema global do capitalismo a desigualdade e todas as expressões da questão social se desenvolvem, na América Latina engendra questões do colonialismo e toda apropriação das riquezas produzidas nas periferias do sistema capitalista.

Magalhães (p. 15, 2015) aponta que,

Desta forma, não obstante os países periféricos contarem com extensa força de trabalho e imensas reservas de recursos naturais seu excedente econômico não é apropriado pelas estruturas nacionais de produção e consumo, senão que são canalizados externamente. Em outras palavras, seu desenvolvimento não é seu, ou ainda, seu desenvolvimento é o desenvolvimento do subdesenvolvimento. O Haiti expressa esta dialética do subdesenvolvimento como poucos países do mundo.

Desta forma, para iniciar o debate sobre os imigrantes haitianos, é necessário compreender o contexto do país Haiti e assumir papel de ouvinte dos tantos enfrentamentos passados por sua população, pois o país caribenho que compartilha a leste a Ilha de São Domingos com a República Dominicana é marcado historicamente pela Revolução Haitiana no século XVIII, o povo escravizado pelos colonizadores franceses lutou pela liberdade e com isso proclamaram independência em 1804 (ALMEIDA, 2021).

Soares (2006, p. 4) afirma que,

A Revolução haitiana se transformara no maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas. O caso do Haiti se torna singular, único a todo o continente. O país foi a primeira colônia latino-americana a conseguir a independência e abolição da escravidão sendo que todo processo de revolução e libertação foi conduzido pelos próprios escravos, estes conseguiram, além de realizar a libertação de seu país, realizar também, a própria libertação. O acontecimento singular derruba por terra a ideia defendida à época pelas potências imperialistas de que as populações negras não pudessem se organizar por si só. Com a Revolução, o Haiti se torna a primeira república negra do mundo.

Se tratando de condições jurídicas, a população imigrante haitiana não é reconhecida como refugiada, isto porque os estudos remontam que os deslocamentos migratórios se iniciam em 2010 após catástrofe natural no país com o terremoto de 2010 e o furacão Matthew de 2016, indicando apenas refúgio humanitário e não se enquadraram em perseguição, mas em risco eminente em seu país de origem.

Após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, o Haiti enfrentou forte onda de caos civil, falta de segurança pública, presença de poderes paralelos e violência. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) liderada pelo Brasil, foi a missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 10 de setembro de 2004, para restaurar a ordem no Haiti e vigorou até o ano de 2017, teve objetivo de estabilizar o país e promover a pacificação, foi desta forma que os haitianos conheceram o país, associado a alta do custo para migrarem para França ou República Dominicana. O Haiti, atualmente, segundo dados do Banco Mundial (2022), continua sendo um dos países mais pobres do mundo, em 2021 o PIB *per capita* foi de US \$1.815 e o Índice de Desenvolvimento Humano foi de 170º lugar entre 189 países em 2020.

A Lei de Migração nº13.445, de novembro de 2017, considerada uma das mais avançadas da América Latina em termos de garantia de direitos aos recém chegados, revoga o antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980 que já não supria mais a realidade migratória no país, a nova lei dispõe de direitos e deveres, estabelecendo diretrizes para políticas públicas, abrangendo questões, inclusive, de violação de direitos humanos, sobre a dignidade da pessoa humana, mais avançada em termos de especificidade que a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967 que estabelece meios de assegurar que qualquer pessoa em caso de necessidade possa ter o direito de se refugiar em outro país.

Apesar da presença da lei que garante os direitos e deveres para a população migrante que ingressa no Brasil, não é difícil observar que esta não ampara os sujeitos a se estabelecerem, não há, portanto, uma resposta efetiva de acolhimento via políticas públicas, assim, fica a cargo da micropolítica (coletivos, pastorais e movimentos) a construção de redes solidárias para esta população.

Inserida nestes fluxos migratórios, Joinville se constitui como cidade promissora e industrial, famosa pela colonização alemã e com diversidade de imigrantes, porém se observa que há aversão ao outro que se encontra fora dos padrões da cidade, e, quando se trata do povo negro há imbricações para além da xenofobia. No campo do trabalho, embora se tenha empregos na indústria e demais setores para absorver boa parte da mão-de-obra dos imigrantes é comumente observado as condições precárias onde estes são inseridos.

Quando se trata da mulher haitiana, há ausência de dados, e esta ausência abre espaço para um não lugar nos espaços sociais, se não conhecida, não é vista ou sequer ouvida. A partir das observações no campo do serviço público da cidade se percebe que falta estrutura no viés de políticas públicas para conduzir a uma efetivação dos acessos tanto nos aparelhos de assistência quanto no mercado de trabalho. Para além dos enfrentamentos citados, há também a desvalorização do trabalho feminino e imigrante, onde a discussão da interseccionalidade se faz necessária para compreender tais realidades sociais.

Joinville, fundada em 9 de março de 1851, com atual população estimada de 604.708 habitantes, sendo o PIB *per capita* 58.476,90 no ano de 2019 (IBGE 2021), distribui em seus principais pontos, monumentos e características que enaltecem os conhecidos como primeiros chegados na então Colônia Dona Francisca, a mais enaltecida, a Barca Colon, monumento fixo em frente a Prefeitura Municipal, conta a história de os alemães, suíços e noruegueses chegaram via Rio Cachoeira. Segundo Guerreiro (2020), até mesmo a data de aniversário da cidade (9 de março) é em detrimento a esta chegada da Barca Colon e não na data de desmembramento de São Francisco do Sul em 15 de março de 1866. As recorrentes narrativas da fundação da cidade recaem sobre os desbravadores e empenhados imigrantes europeus que prosperaram e fizeram com que a cidade fosse bem-sucedida.

Estes são os contextos que circulam até a data presente na mídia, nos meios culturais e educacionais de Joinville. A análise que segue neste estudo é de que o

problema da cidade por carimbar a imigração europeia como exclusiva na construção da cidade, gera apagamentos históricos, não considerando povos advindos de outros lugares que contribuíram da mesma forma para a Joinville que se conhece hoje.

Sobre a invisibilização da trajetória do povo negro na cidade Guerreiro (2020, p. 30) aponta que,

[...] dessa forma, essa narrativa acaba por invisibilizar a participação de outros grupos na história da colonização de Joinville, como os luso-brasileiros, os indígenas e os negros, que aqui eram escravizados à época. Isso pode interferir nas noções de identidade e representatividade dos cidadãos que vivem na cidade e, por consequência, também impactar as relações de poder vivenciadas neste local.

Percebe-se que há um movimento constante para a mudança dos paradigmas, é exemplo o trabalho de Felipe Rosa Cardoso no documentário “Negras memórias: a trajetória do negro joinvilense” (SILVA, 2014), Felipe traz à tona que os negros não foram coadjuvantes na construção da cidade, mas sim têm papel importante para a história e faz o movimento de que não só os europeus que trouxeram a prosperidade e desenvolvimento.

Guerreiro (2020, p. 35) ainda apresenta informações que mostram a presença de outros povos na colonização de Joinville, ainda antes da chegada dos alemães, noruegueses e suíços.

Documentos não faltam para evidenciar a participação desses grupos na história e no desenvolvimento da cidade. Um exemplo disso é o mapa elaborado em 1846 por Jerônimo Coelho, contratado para demarcar as terras do casal de príncipes detentores da Colônia Dona Francisca. O documento mostra diversas sesmarias, concessões feitas pela corte portuguesa e pelo império do Brasil para quem desejasse cultivar as terras devolutas.

Mesmo com todos os estudos e apontamentos sobre a presença dos demais atores na colonização e da presença dos negros na construção da história, perpetua questões de racismo nas entranhas da cidade, os excluídos da história oficial, por mais que outros originários de Portugal e França também são esquecidos, o negro carrega um peso histórico maior, por isso, atenta-se neste momento para o conceito do racismo estrutural como “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2018 p. 50). Ainda, Gonzalez (2018) aponta que o racismo é caracterizado como uma construção ideológica e se concretiza em diferentes processos de discriminação racial.

É nesta conjuntura, que os imigrantes haitianos, migram em busca de emprego e condições de vida melhores do que a vivida em seu país de origem, este que foi como fato mais recente, devastado por desastre natural em 12 de janeiro de 2010 e anterior ainda, com sua história de conflitos econômicos e políticos, passando por fortes ondas de violência, instabilidade e por escassez de recursos e empregos.

Se sabe que a questão racial não se dá estritamente ao povo imigrante e que esta condição de preconceito na cidade é muito mais profunda, mas o que vem a ser analisado a frente na pesquisa é de que este cenário já hostil propicia que a inserção efetiva da população migrante se torna mais complexo, assim como em outras cidades, inclusive do estado catarinense que abriga preconceitos e aversão o que pretende se discutir sobre Joinville, é este contexto de recusa em reconhecer outros atores da história, bem como incorporar essa população migrante na cidade.

Desde os primeiros a residirem na cidade passam por processos de exclusão e preconceitos, desde o racismo à invisibilização na sociedade por serem o “outro”, os de fora. No ano de 2016 a notícia publicada pelo jornal local, noticiou uma pichação com dizeres “Haiti não é aqui” (SILVA, 2016), o fato denota que para além dos fatores xenofóbicos profundos enraizados na cidade, evidencia ainda questões do racismo, pois, não há essa mesma aversão e culpabilização para com outros imigrantes e migrantes. Embora se saiba que este não é um caso isolado de Joinville, que tal fato ocorreu e ainda ocorre em diversas cidades brasileiras, este se torna apenas mais um exemplo da hostilidade da cidade para com os imigrantes haitianos no município.

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, uma reportagem recente no Jornal do Almoço em rede local, diz em manchete que “Vereadores de Joinville sugerem criação de centro de referência para imigrantes” (NSCTV, 2021). Na reportagem, segundo a secretaria de Assistência Social, na cidade não é possível a criação de um centro específico para essa população, ainda, reforça que estes podem se direcionar aos equipamentos já existentes da Assistência Social. Entretanto, se sabe que os constrangimentos sociais vividos pelos imigrantes não condizem apenas em acessar fisicamente os espaços de assistência social, mas as barreiras culturais e sociais estão envolvidas e pesam nas chances de inserção na cidade.

Exemplo de comprometimento com os direitos e deveres dos e das imigrantes é a Lei nº 10.735, de 28 de julho de 2020 criada na cidade de Florianópolis/SC, esta prevê respeito integral em relação aos imigrantes, oferece garantias para que possam recorrer

ao poder público também no que se refere a denúncias de preconceito e necessidades básicas. Em Joinville, no ano de 2021 a cidade foi reconhecida como única cidade catarinense certificada pelo MigraCidades às boas práticas de governança migratória implementadas pelo município (JOINVILLE, 2021), sendo práticas como manuais traduzidos para o crioulo haitiano, disponibilizados na rede socioassistencial e recomendações pós-parto disponibilizados.

Para que o município tenha a certificação, segundo plataforma do MigraCidades (2022), são necessárias dez dimensões de governança migratória para que a cidade se enquadre e visa contribuir para construção e gestão de políticas públicas migratórias de forma qualificada, assim, após o processo de inscrição assinada pelo prefeito, reuniões, qualificações e avaliações a cidade pode estar apta para o certificado. O que se percebe é que tal certificado pode ser o início para políticas públicas que amparem a população migrante, a percepção atual é de que tal certificação não abrange ainda a grande massa da população migrante e que ainda há muito a construir enquanto políticas públicas migratórias.

Desta forma, mesmo que haja tal reconhecimento, durante o processo de observação, estas iniciativas não alcançam toda população imigrante do município, ou seja, não é efetivo, sendo necessário uma atuação com maior alcance e intersetorial. Também em 2021, por meio de projeto fomentado pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, foi desenvolvido através de projetos de extensão a Cartilha dos Direitos do Imigrante em Joinville/SC, onde reúne informações de acesso a serviços públicos na cidade.

Segundo Gomes (2019) apenas 5,5% dos municípios do país com imigrantes possuem serviços próprios para garantia de direitos àqueles que vêm ao país, dentre os serviços oferecidos estão moradias provisórias (abrigos) de gestão municipal, formação e capacitação continuada interdisciplinar para o atendimento a imigrantes, atendimento multilíngue nos serviços públicos e oferta de curso de português para os imigrantes. Se tratando do mundo do trabalho a desvantagem histórica da mulher e quando não se conhece as realidades sociais delas, como as haitianas, se torna um trabalho imensurável para criar soluções de torná-las visíveis na sociedade.

Segundo Champagne *et al* (1998, p. 77) questiona sobre um cenário de imigração na sociedade francesa que, com efeito, podemos nos perguntar qual é exatamente a

natureza dos “problemas” da imigração. Será que se trata de problemas peculiares aos imigrantes, ou antes dos problemas peculiares que a sociedade francesa coloca a respeito deles e que, por isso mesmo, acabam provocando problemas para os próprios imigrantes? Analisa-se sociologicamente que, os imigrantes que ocupam a cidade não constituem o problema social ou são o problema, mas sua existência em um lugar hostil a sua presença constitui o caso social, pois este encarna todas as formas de dominação (CHAMPAGNE *et al*,1998).

No campo do trabalho, embora haja oferta de empregos na indústria e demais setores para absorver boa parte dos imigrantes é comumente observado as condições precárias onde estes são inseridos. Quando se trata da mulher haitiana, há ausência de dados concretos e completos, esta ausência abre espaço para o não lugar, se não conhecida, não é vista ou ouvida. Carneiro (2011) aponta que o acesso ao emprego e trabalho é primordial para a reprodução da vida, assim como a exclusão, as barreiras de natureza racial ou a invisibilidade neste campo, é sem dúvida uma negação dos direitos básicos de cidadania.

Sobre exclusão, Lenoir (1989) afirma que é um fenômeno social, ligado com as disfunções da sociedade, sendo a segregação, divisão dos membros dessa sociedade. Escorel (1999, p. 60) sustenta que,

‘Exclusão’ é então definida como ruptura dos vínculos sociais em diversas dimensões: dos vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade dos vínculos sociais (materializados) e dos vínculos simbólicos das representações que conferem a ‘identidade social’.

Por cidadania, Marshall (1967) afirma que é um *status* concedido para aqueles que são membros integrais de uma comunidade e que estes desenvolvem e possuem status igual de direitos e obrigações, também diz que, “A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento de participação.” (MARSHALL, 1967, p. 84). Logo, é preciso que haja o sentimento de ser membro da sociedade para que a cidadania exista, que as mulheres haitianas sejam vistas, ouvidas e que tenham seus direitos e obrigações garantidos.

As mulheres haitianas ao migrarem na cidade de Joinville enfrentam as mais diversas desigualdades, assim vivenciam realidades multifacetadas de descaso com políticas públicas relativas a elas e conseqüentemente subalternizadas no mundo do trabalho. Há também de se destacar o papel do lar dessas mulheres, o trabalho doméstico

e reprodutivo historicamente desvalorizado na sociedade prevalece para essas mulheres como mais um espaço de não valorização. Schlesener (2016, p. 147) diz que,

O termo “subalternos” amplia a noção de proletariado e campesinato, incluindo na noção de classe todos que, na sociedade capitalista, vivem alguma forma de exploração do trabalho e alguma forma de subordinação social, política e cultural, mesmo que inconsciente.

Castel (1998, p. 526-527) entende o trabalho precário como,

[...] a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto, dos contemporâneos, têm a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX.

Ainda, Bourdieu (1998) afirma que a precarização é um modo de dominação onde constitui a insegurança, legitima a flexibilização e que condiciona o trabalhador na aceitação das formas de exploração, construindo assim a desmobilização da classe trabalhadora.

Por fim, aspectos notórios dessas trajetórias além da questão de subalternidade, é a precarização do trabalho onde trata-se da desconstrução de pilares de segurança como a flexibilização, o fracionamento das jornadas de trabalho, bem como o desmonte das regulações do trabalho.

3 LUGARES NÃO OCUPADOS E REDES DE SOLIDARIEDADE

Antes de iniciar os relatos de observação, é importante conceituar a categoria de rede social e como está se constrói como apoio e referência. Scherer-Warren (2005) aponta que a reunião de vários atores sociais constitui o coletivo em rede e instrumentaliza técnicas a fim de estabelecer estratégias de ação conjunta, como exemplos a ONGs. Ainda, (SCHERER-WARREN, 2005, p. 38-39),

[...] os coletivos em redes poderão ser formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, como redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, ecologista, negro etc.; ou em forma presencial, como as grandes marchas pela paz. Portanto, não definem por si mesmas um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação. Pressupõe-se, todavia, que para se entender a imbricação entre coletivos em redes e redes de movimentos tem que se ir além das análises das redes como sistemas. Tem que se buscar a historicidade de sua formação, as dimensões dialógicas entre os coletivos em ação, o sentido das ações e o surgimento de novas intersubjetividades coletivas nas redes de movimentos.

A partir da compreensão que estas redes constituem as ações de apoio, o processo de observação participante ocorreu inicialmente entre os dias 13 de outubro de 2021 a 23 de novembro de 2021 em um curso promovido por professoras e estudantes de enfermagem do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, intitulado como Promoção da Saúde às Mulheres Imigrantes: Acolhimento e Informação, o grupo de mulheres se encontrava na AMESP - Associação de Moradores da Entrada do Espinheiros no período vespertino e abordou os temas: Saúde da criança, cuidados com a criança, saúde da mulher, primeiros socorros, prevenção a acidentes domiciliares e direito da mulher imigrante no Brasil. Os encontros contavam com varal solidário, espaço dedicado para recreação das crianças que iam junto às suas mães e lanche fornecido pela organização dos encontros, fatores estes que amparam a frequência às reuniões.

Foi observado que o grupo ganha confiança em se reunir com o passar dos encontros e começam a se identificar com os temas, e, como já era previsto, o idioma português não era compreendido por boa parte das mulheres, sendo a maioria haitiana e que necessitavam de tradução, geralmente as mulheres haitianas que dominavam o português se colocavam à disposição para auxiliar na passagem de informações, mas

mulheres de outros países e localidades como venezuelanas, angolanas e mulheres migrantes do norte e nordeste do Brasil, também participavam dos encontros.

No decorrer dos assuntos abordados pelas professoras e alunas que ministraram os cursos, percebeu-se que a não interação não era apenas da não compreensão total do que estava em pauta, mas conforme relatos, era difícil para elas interagirem entre si, mesmo que fossem da mesma etnia, que muitas não queriam formar mais vínculos, também, questões como falta de interesse em participar de um grupo/coletivo estavam elencados. Durante as aulas, muitas participavam mesmo que com acenos esporádicos com a cabeça, concordando ou discordando das perguntas feitas, se no Haiti por exemplo, os cuidados eram iguais aos do Brasil. Dona Nazarita sempre muito solícita e incentivadora nos encontros, instiga a todo momento a participação, na cultura haitiana, pode-se perceber que elas demoram muito para conseguir confiar em alguém, no caso da Dona Nazarita, esta é chamada por muitas de “mãe” devido ao seu esforço diário em ajudar e lutar pelos direitos das imigrantes.

Conforme os encontros aconteciam, demandas urgentes iam surgindo, desta forma as rodas de conversas começaram a fomentar em uma espécie de união maior entre as mulheres que frequentavam (da região dos bairros Comasa-Iririú), incentivando e abrindo espaço para que fosse um caminho de acesso a políticas públicas e maior visibilização das problemáticas. A liderança da Associação Catarinense de Imigrantes participou de algumas reuniões e promoveu fala sobre a importância da unidade dos imigrantes na cidade e de como poderiam criar articulações políticas, no sentido de construção de cidadania e acessos na cidade.

Em um dos encontros propostos, a primeira mulher negra eleita vereadora na cidade de Joinville/SC, participa e promove um momento de acolhimento e escuta ativa das demandas, a fim de não só conhecer, mas encaminhar ao poder público. Também, foi meio para que o CRAS do bairro Comasa pudesse encontrar o grupo já reunido e fazer mapeamento do perfil das imigrantes, como já dito, em sua maioria haitiana.

Através das observações, pode se notar que as trajetórias que as trouxeram até os encontros são atravessadas por dificuldades e dores, a maioria em seus relatos contam sobre o sofrimento de deixar seus filhos, em relatos, uma haitiana que não se comunicava em português e era apoiada por outras que traduziam, contou que deixou nove filhos no Haiti e que desde sua chegada em Joinville, nunca conseguiu emprego, em nenhum setor,

desta forma, sofria por não conseguir se sustentar ou enviar remessas aos familiares (em janeiro de 2022, soube que esta havia falecido, não foi divulgado a causa). Dentre os demais relatos, foram muitos os de que sentiam que não entendiam o motivo de não conseguirem trabalho, diziam elas “pode ser qualquer coisa, não importa, a gente precisa de trabalho”. Também, muitas das que frequentavam o local, dependiam de ajuda para a moradia e alimentação, necessidades estas que sempre estavam em pauta, juntamente com o anseio de trazer seus filhos para o Brasil.

No dia 26 de fevereiro de 2022, foi promovido um novo momento com as mulheres imigrantes, no intuito de fornecer amparo e aos poucos promover a conscientização de que a união é necessária para o grupo se fortalecer, foram neste dia 28 mulheres sendo a grande maioria haitiana, foi feito ficha de registro com nome, idade e país de origem. No dia, depois de já ter conseguido estreitar os laços com as mulheres, fator de extrema importância para o povo haitiano. No momento inicial, pergunto quem delas gostaria de conversar sobre suas experiências, sendo que estas já conheciam o trabalho que vinha desenvolvendo a meses com elas, a prioridade seria quatro mulheres que moram no bairro Comasa, mas para surpresa, muitas outras queriam conversar e relatar suas histórias de vida, trajetórias.

O que chama atenção no processo de observação é a mobilização delas através das doações, as mesmas que se encontram em extrema vulnerabilidade social, usam o grupo para receber mantimentos e roupas, e, quando são indagadas sobre sua situação, novamente, a questão de filhos surge, entretanto, a conversa ganha um novo corpo neste encontro e foi falado sobre o trabalho e renda, sobre seus anseios e queixas de como é difícil a cidade, de como se sentem excluídas não somente do trabalho, mas da vida social.

Observo que, apesar da desunião, justificada por que são de lugares diferentes do Haiti, houveram relatos de discórdia e ciúmes entre as integrantes do grupo, ligado ao fato de que muitas vêm analfabetas, semianalfabetas ou mesmo com analfabetismo funcional do seu país de origem e por isso, não conseguem aprender o português e por consequência, dificulta ainda mais a não inserção no mercado de trabalho, mesmo aqueles que não necessitam de escolaridade avançada como vagas em cozinhas ou limpeza. No grupo, há poucas haitianas que de fato possuem estabilidade mínima, sendo estas vindas direto para a cidade por intermédio de parentes que aqui residiam e com o sonho de sair do seu país em busca de aventura e mudança para a família, por ter um emprego estável

e sempre ser requisitada para apoiar o grupo nas traduções e reuniões, gerou nas demais, o sentimento de que ela é privilegiada, incomodando outras do grupo.

Percebe-se que estas relações são extremamente semelhantes ao que Elias e Scotson observam em Winston Parva, pois, aqueles estabelecidos por mais tempo na cidade também são alvo das fofocas e intrigas, as recém-chegadas ao grupo ou as que não se estabeleceram, iniciam uma divisão constante, mesmo estas estando no mesmo patamar social. Desta forma, analisa-se que, após os períodos de observação participante, ficou claro que a analogia entre a vida social relatada em *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000) colabora não somente sobre a visão de Joinville e a exclusão dos de fora, mas também de como as articulações internas das imigrantes que integram o grupo, funcionam.

Fato que chama atenção é de que todas querem contar sua versão da história, houve algumas tentativas de conversa individual durante o último encontro, a fim de compreender melhor a visão e os sentimentos de pertença ao grupo, porém, não houve sucesso, visto que quando viam uma em conversa individual, iam ao encontro para falar que também queriam relatar e conversar, ou que queriam ir embora naquele momento e não podiam esperar para conversar. Ficou evidente a carência por serem ouvidas e a angústia por terem seus problemas sanados. Pois, assim como em *Winston Parva*, essas populações dadas como “populações estatísticas” (ELIAS; SCOTSON, 2000) dificilmente são ouvidas ou muito menos vistas.

Observando como as empresas procedem durante os processos de contratações, em como divulgam os perfis de vagas e como chegam as informações até as interessadas, constata-se que os mecanismos de exclusão das mulheres haitianas em Joinville, vão muito além do que elas podem notar. Visto, que a forma com que excluem o perfil migrante é sutil e imperceptível às que estão buscando a inserção. Durante o período de pesquisa, observou-se o comportamento das empresas do ramo de comércio e indústria que, quando a vaga fica aberta, comunicam às terceirizadas que não desejam contratar pessoas imigrantes, mesmo diante de questionamentos sobre este posicionamento, é recorrente as contratantes alegarem que essas diretrizes são determinadas por suas matrizes.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E CONDIÇÕES DE INSERÇÃO

Debater políticas públicas requer a compreensão de como se dá a sua construção, as políticas públicas ou as sociais são campos multidisciplinares que são formuladas e planejadas para implementação. Souza (2006, p. 26) diz que,

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Em outro momento de observação participante, junto às mulheres haitianas, desta vez fomentada pelo CRAS Comasa, as assistentes sociais deste território desenvolveram um perfil do grupo de imigrantes, a fim de conhecer o perfil e compreender as necessidades migrantes que ali habitam. As técnicas do CRAS aplicaram a pesquisa no mês de novembro/2021 e uma amostra de 23 mulheres, sendo 90,91% haitianas, quando perguntado sobre temas de interesse a ser discutido os três temas que emergem com maior intensidade é em relação a direitos trabalhistas, documentação migratória e reunião familiar, respectivamente. Fica evidente a dificuldade de interação e compreensão dos direitos e dispositivos de políticas públicas disponíveis no Brasil que amparam as vulnerabilidades por elas vivenciadas. Alguns comentários e ações chamaram atenção neste encontro, primeiro que algumas mulheres foram no intervalo do trabalho ou antes de iniciarem, o que demonstra interesse em acessar os aparelhos da assistência social e o que pode ser uma hipótese para a questão da rotatividade dos migrantes no mercado de trabalho.

Uma jovem trabalhadora imigrante haitiana desabafa que gostaria de outra oportunidade de trabalho, pois relata que trabalha muito na indústria e ganha muito pouco para poder se sustentar. No quesito de mulheres mães, também houveram questionamentos, como a dificuldade em conseguir vagas nos CEI's - Centro de Educação Infantil para poderem conseguir empregos e terem onde deixar seus filhos. Da oferta de vagas nos CEI's públicos, é uma situação que se distribui em todos os bairros da cidade, mesmo que haja escolas particulares conveniadas com a prefeitura, estas vagas não

alcançam todas as famílias que delas precisam, formando assim uma extensa fila de espera para educação infantil.

No início de 2022 (janeiro), houve reunião, na AMESP - Associação de Moradores da Entrada do Espinheiros em que foi explicado sobre a agenda de inscrição no Cadastro Único, inscrição nos cursos de português e de serviços gerais, bem como demais informações relevantes de acesso às políticas públicas, apesar de não ter participado da reunião, houve observação no grupo de mensagens instantâneas e assim, analisado a movimentação das mulheres através dos comunicados enviados. Fato importante é a tradução dos documentos disponibilizados onde explica lista e documentos e formas de acesso no CRAS, bem como compartilhado vídeo com explicação em crioulo.

Quando acessado o SINE, os processos de observação e as percepções iniciais sobre o processo de procura e encaminhamento ao mercado de trabalho formal via Sistema Nacional de Empregos (SINE) refletem a dicotomia entre o efetuar cadastro e conseguir uma vaga efetiva após o encaminhamento.

Na tabela abaixo, se pode observar a quantidade de cadastros realizados por mulheres imigrantes haitianas no SINE Joinville entre os anos de 2012 a 2018. Somente a observação dos dados não é suficiente para analisar aspectos de inserção, haja visto que das 114 que completaram cadastro, apenas 27 estão atualmente em empregos formais na cidade, segundo sistema.

Tabela 1: Cadastros haitianas SINE 2007 a 2018

Quantidade	Situação atual
61	Desempregada
10	Desempregada e mudou para outra cidade
27	Empregadas
6	Empregadas em outras cidades
10	Nunca trabalharam e continuam desempregadas
114	TOTAL DE HAITIANAS CADASTRADAS 2007-2018

Fonte: SINE (2021)

Maruani (2009) questiona se de fato o acesso ao emprego e sua capacidade de permanência no mercado de trabalho, se estes são pivôs da distinção entre o masculino e

feminino, assim como as clivagens essenciais entre homens e mulheres, se neste caso o estatuto que ter um emprego fornece uma relação de centro das relações de poder entre sexos. Para este trabalho, ainda, gera mais uma indagação, para com as mulheres imigrantes haitianas, se esses questionamentos se mantêm ou se intensificam.

Em suma, o cenário das políticas públicas, em específico aquelas capazes de suprir as necessidades básicas da população migrante na cidade, remontam uma série de ausências, como: A capacitação da língua portuguesa oficial e com certificação validada, um centro de apoio ao imigrante, que comportaria todos os serviços essenciais a esta população.

Sabe-se que o sucateamento dos serviços públicos cresce a cada ano, não só em relação a políticas públicas e sociais para os imigrantes, mas com o avanço da política neoliberal as condições de oferta destas se tornam cada vez menores, bem como, a precarização do trabalho para os trabalhadores responsáveis pelo atendimento aos usuários da Política de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único de Saúde (SUS) e outras políticas e sistemas que amparam os direitos básicos da população. Por isso, além do fomento das políticas públicas e proteção dos serviços públicos para toda população do país, é necessário que sejam oferecidas condições para que as pessoas migrantes e em especial as mulheres obtenham ascensão social e para isso, é fundamental o acesso ao mercado de trabalho

4 TRAJETÓRIAS E SEUS CONTEXTOS EM RELAÇÃO A GÊNERO, TRABALHO E IMIGRAÇÃO: AS MULHERES HAITIANAS EM JOINVILLE.

Perseguir uma trajetória significa acompanhar, desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo que se insere. Trajetória em Bourdieu é um “resultado construído de um sistema de traços pertinentes de uma biografia individual ou um grupo de biografias” (MONTAGNER, 2007, p. 254). Ainda, estas trajetórias na visão bourdieusiana, há presença de deslocamentos intergeracionais.

Para compreensão da lógica dos campos, conceito necessário para entender as relações que são estabelecidas, é preciso compreender três fatores para seu enquadramento, sendo: Traçar relações de subordinação e dominação; Relações entre posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos sujeitos; identificar *habitus* coletivo, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar. Desta forma, é na objetivação das forças presentes no campo que resultam nas trajetórias e fazem com que cada uma seja única, pois esta percorre o espaço social onde se exprime o *habitus* (MONTAGNER, 2007).

O contexto da mulher migrante pretende ser analisado em Joinville/SC, cidade onde se constrói como do migrante e tradicionalmente germânica (GUEDES, 2007), entretanto, Joinville abriga apagamentos históricos de demais povos que fizeram parte da construção da cidade (CUNHA, 2008). A partir da exposição é possível iniciar a análise dos aspectos relacionados à processos de invisibilização de determinados sujeitos na cidade e por consequência sua exclusão, isto é, até chegar no contexto da mulher migrante haitiana.

Segundo OIM (Organização Internacional de Migrações) a migração global é representada por 48% por mulheres, quanto aos dados sobre a situação das mulheres haitianas em Joinville, segundo dados da Polícia Federal (2021) em âmbito nacional são 129.609 haitianos que desembarcaram no Brasil desde 2010, destes, 29.209 vieram para Santa Catarina. Especificando os números em Joinville há atualmente registro de 4.825 haitianos que segundo Polícia Federal, 1.889 são mulheres, registradas, sendo 997 em caráter de residentes, 891 temporárias e 1 em caráter provisório.

Assim, o que no início a emigração de homens haitianos era maior, atualmente percebe-se que o quadro de mulheres imigrantes aumenta consideravelmente, dando sentido a elas de uma nova vida, onde poderão trabalhar e enviar remessas de dinheiro para família que permaneceu no país. O conceito de feminização das migrações segundo Marinucci (2007, p. 1), é usado “para designar, de forma genérica, as mudanças que, nas últimas décadas, envolveram as mulheres no contexto migratório.” Também, “[...] as haitianas foram as responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações no Brasil, por outro lado, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento do número de mulheres imigrantes no país.” (CALVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, p. 155, 2021).

É fato que a mulher ocupa historicamente um lugar de desvantagem e desvalorização no mercado de trabalho, as condições que vivem homens e mulheres são distintas em muitas formas, sobretudo nas construções sociais. As relações construídas se tencionam, dão um lugar específico à mulher e lhe incube de suas tarefas.

Segundo Meija e Cazarotto (2017, p.172) “A ausência de oportunidades e a fraqueza das instituições obrigam os indivíduos a se virarem com seus próprios meios.” Ainda, com condições mais rigorosas para visto nos Estados Unidos e Europa, os haitianos viram no Brasil uma oportunidade para conseguirem empregos, a imagem de prosperidade no Brasil, se deu principalmente pelas campanhas de ajuda humanitária e a forte presença do exército brasileiro no país.

Quando a mulher haitiana chega no Brasil, está se encontra fragilizada pela perda da estrutura familiar, fator que é fundamental para a cultura delas, a rede de apoio e a comunidade são base para a vida destas. Ao migrarem, como será explanado na próxima sessão através das trajetórias, por vezes parte da família permanece no seu país de origem ou até mesmo em países vizinhos do Brasil e ficam no anseio e aguardo de receberem dinheiro oriundo do trabalho para que possam se juntar novamente.

É neste contexto, onde sob a análise da pesquisa, se encontra a discussão da interseccionalidade, das mulheres haitianas que vivem no Brasil se localizam. Estas que para além do preconceito de gênero, raça e classe, passam pela xenofobia, ou seja, a aversão ao que vem de fora. Estas mulheres têm suas trajetórias apagadas no contexto de cidadania, muitas não falam o idioma português, o que dificulta ainda mais a inserção na sociedade e, por conseguinte no mundo do trabalho.

Segundo Hirata e Zarifian (2003) todo desenvolvimento histórico conceitual de trabalho ganha forma nos anos 1970 com pesquisas que abordaram a dimensão sexuado nas análises de trabalho, compondo uma desconstrução e reconstrução do conceito de trabalho autoras como Danièle Kergoat introduziram no conceito de trabalho conceitos como de qualificação e introduzindo o trabalho doméstico, bem como a esfera da reprodução. Desta forma, o conceito de trabalho que se discute nesta pesquisa engloba tal conceito de trabalho, envolvendo essa reconceituação que segundo Hirata e Zarifian (2003, p.67),

Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis.

O trabalho da mulher é historicamente desvalorizado e invisibilizado, causando estranhamento no campo científico em sua discussão, pois somente nos anos 90 que houve a emergência da sociologia do emprego e do desemprego feminino. Ainda, Margaret Maruani (MARUANI, 2009, p. 85) aponta que “Fazer a sociologia do emprego não significa dedicar-se à sociografia de uma área especializada: o acesso ao emprego contribui fortemente para a construção das hierarquias sociais, para a produção de mecanismos de diferenciação, classificação e segregação.”

Dubet (2014, p. 239) diz a respeito da relação de gênero e trabalho que,

O gênero produz, portanto, três efeitos distintos e que se combinam na experiência das mulheres. Primeiramente, o gênero produz uma relação específica ligadas às condições de socialização e aos modelos sociais interiorizadas por cada sexo. Em seguida, essa relação se deve às especificidades do trabalho feminino nos setores “relacionais”, mas na verdade esta orientação se prende mais à natureza do trabalho do que ao sexo, uma vez que, colocados no mesmo contexto de trabalho, os homens têm o mesmo gosto pelo relacionamento que as mulheres [...]. A cultura, o trabalho e a divisão do trabalho social entre os sexos se conjugam, portanto, para produzir uma “especificidade feminina”.

Faz-se necessário compreender que o problema central do trabalho feminino atravessa o campo assalariado, encontra-se nas duplas jornadas, na desvalorização da mão de obra, no serviço de cuidado doméstico e reprodução, estes que não há nem remuneração e nem reconhecimento. A difícil articulação não é equilibrada na vida das mulheres, estas que precisam encaixar em suas vidas ou escolher os campos, ou se

trabalha, mesmo que não reconhecida justamente e não remunerada da mesma forma, ou lida com o cuidado familiar, ou se tenta ambos acaba por não compreender seu papel de vulnerabilidade e de vítima nesta repartição desigual deste sistema patriarcal e machista da divisão sexual do trabalho.

O trabalho doméstico, portanto, é um elemento crucial no processo de reprodução do trabalhador, de quem se tira a mais valia. Dado que em geral cabe às mulheres fazer o trabalho doméstico, já se observou que é através da reprodução da força de trabalho que as mulheres se inserem no circuito da mais valia, que é condição sine qua non do capitalismo. * Pode-se acrescentar também que, como não se paga um salário para o trabalho doméstico, o trabalho das mulheres na casa contribui para o volume final de mais-valia obtido pelo capitalista. Mas explicar a utilidade das mulheres para o capitalismo é uma coisa. Afirmar que essa utilidade explica a gênese da opressão das mulheres é outra muito diferente. É exatamente nesse ponto que a análise do capitalismo passa a dizer muito pouco sobre as mulheres e sobre a opressão das mulheres. (RUBIN, 1993, p.7)

Sobre a estrutura familiar versando a teoria feminista, é possível compreender que isso denota a forma que se compreende o feminismo e suas concepções sociais, é conhecido o núcleo familiar de uma ideia euro-americana e patriarcal, porém há distinções quando se trata de ir além dessa explicação de núcleo.

Todo esse cenário procede também, do olhar da sociedade sobre o feminino e suas “obrigações”, é preciso compor que em determinados grupos de mulheres a opressão de gênero incide com menor impacto em suas escolhas, onde não há por exemplo a presença dos fatores de raça e classe. Logo, não é possível debater sobre o trabalho e questões étnicas raciais sem que haja a contextualização sobre a condição da mulher negra na sociedade, pois se com mulheres brancas há a subalternização e desvalorização, para as mulheres negras as violências se tornam múltiplas. Gonzales (2018, p. 44)) aponta que a mulher negra no Brasil é “ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.”

Chama-se neste momento o conceito de interseccionalidade, este que se tornou popular nas ciências sociais nos últimos tempos, o que deve ser exaltado e lembrado a todo momento a fim de dar legitimidade de seu uso. A interseccionalidade diz a respeito as estruturas do racismo, sexismo, classe e identidade, de forma igualmente pertencente ao movimento negro das mulheres.

Segundo Crenshaw (2002, p.177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Não obstante, Akotirene (2020) aponta que a interseccionalidade se trata de identidade, que participa do racismo interceptado por demais estruturas e passa a acontecer uma experiência racializada e a mulher negra é marcada pela sobreposição dinâmica identitária. Lord et al (2019) descreve também que a teoria interseccional se trata particularmente das identidades minoritárias e estas estão diretamente relacionadas a toda estrutura social que domina, explora e discrimina.

Nos mecanismos que operam e agravam a condição da mulher haitiana na cidade, diz a respeito do que Gonzales (2020, 42) afirma para o Brasil, de que “não é apenas uma “discriminação efetiva; em termos que representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras.” Também, cabe expor que os processos de exclusão da mulher negra residem na sociedade brasileira pelos papéis que a elas são atribuídos como “domésticas” ou “mulatas”. (GONZALES, 2020).

Ainda, a condição de imigrante nunca é sozinha, questões como a classe acompanham essas mulheres, pois estas não conseguem ascensão para classes mais altas no país destino de migração, sendo submetidas a trabalhos com condições precárias, especialmente quando este imigrante faz parte de identidades que são marcadores sociais e que em uma sociedade onde racismo e desigualmente de gênero marcam essas trajetórias (LÔBO, 2020).

Neste sentido de força de trabalho imigrante e de uma população negra que chega na cidade em condições de vulnerabilidade, Gonzales (2018, p. 268) afirmou sobre a condição do desenvolvimento econômico brasileiro e por consequência a inserção no mercado de trabalho da população negra que, “enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal [...]”

A contextualização conceitual dada, demonstra a compreensão do universo empírico que será exposto na próxima sessão, discutir a ausência de lugares sociais e os

constrangimentos sociais, requerem que para além do conceito, que seja compreendido os lugares que estas falam, interpretar as realidades trazidas em suas histórias que fundamentam a base do estudo das trajetórias das mulheres haitianas no mercado de trabalho joinvilense e todos os constrangimentos sociais que operam durante suas experiências.

4.1 TRAJETÓRIAS MIGRANTES E O TRABALHO

Escolher apenas quatro mulheres para ouvi-las individualmente foi uma árdua tarefa, pois, todas no grupo tinham suas histórias, todas únicas e importantes, todas com teor de emergência. O papel de escuta ativa se torna imprescindível ao ponto de que cada palavra emitida por elas é sinal de força e superação, muitas com o português arrastado, demonstram o desejo de serem ouvidas.

Assim, as trajetórias imigrantes e suas histórias de vida desde a chegada em Joinville, e, caminhos do trabalho foram sendo contadas, uma a uma, construindo suas narrativas em meio a sentimentos e memórias, por isso, os nomes das entrevistadas não serão divulgados a fim de preservá-las. As entrevistas não seguiram apenas um método, sendo apenas na entrevistada 01 que foi gravada para que pudesse ser transcrita posteriormente, as demais mulheres houve certo receio ao responderem se poderia ser gravado, por isso, apenas notas foram sendo tomadas no decorrer das conversas. Por isso, no texto, as entrevistas serão contadas sequencialmente de acordo com a linha temporal em que foram feitas e de acordo com as notas, dificuldades e avanços das entrevistas.

Para poder compreender as histórias contadas, o domínio do referencial teórico trabalhado no capítulo anterior, foi imprescindível para apreensão das múltiplas realidades observadas durante a pesquisa, desta forma, as concepções interpretadas da parte empírica estão embasadas nestas conexões entre teoria e *práxis*.

4.2 LÁ DO HAITI: AS HISTÓRIAS CONTADAS E OS ANSEIOS DE MULHERES IMIGRANTES NA BUSCA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No início, nossa conversa começa tímida, mas a primeira entrevistada estava muito empolgada para contar sua história, seu português é muito desenvolvido e por isso a entrevista fluiu muito bem. Ela será nominada como entrevistada 01 atualmente está com 34 anos e chegou no Brasil em 2015 com 27 anos na cidade do Rio de Janeiro,

começamos com um bate papo de como era sua história no Haiti, de onde veio e como era a formação profissional e de núcleo familiar.

Eu fui criada numa província, com 19 fui para Porto Príncipe que é cidade do Haiti, fiquei lá na casa do meu primo, eu fiquei 7 anos morando com eles lá foi estudar na Aliança Francesa, foi estudar informática e depois que não tiver emprego essas coisas eu fui trabalhar com a esposa dele que teve um mercadinho [...] nosso relacionamento era bom, mas quando comecei a namorar com meu esposo daí não deu mais certo [...] daí eu pensei vir para o Brasil (ENTREVISTADA 01, 2022).

Ela conta que ao casar-se com o marido, eles não tinham onde ficar lá e nem perspectiva de emprego, uma vez que relatou que o primo, com quem morava não aceitava ela namorar, mesmo que com 26 anos, ela que já havia terminado o ensino médio e feito curso de informática na Aliança Francesa, por isso após o casamento, a decisão de ambos foi vir para o Brasil, direto para o Rio de Janeiro por intermédio de amigos que já estavam lá estabelecidos.

Quando a conversa avançou, perguntei para ela como estava a situação no país quando ela saiu, para contar como estava a dinâmica tanto na província onde os pais moravam e na qual residia quando solteira.

[...] era difícil situação, [...] na província é tranquilo para você morar mais oportunidade de estudar né, não tem oportunidade para estudar, emprego é difícil e a situação do Porto Príncipe é muito perigoso muito precário né e meu pai a minha mãe a minha mãe já tinha vindo morar no Porto Príncipe antes do terremoto 2016/2009 aí o terremoto passar 2010 e as coisas ficar mais difícil lá no Haiti mesmo com ajuda do outro país, fica difícil né os jovens não conseguir trabalho para ficar, o país com muito dívida e você estuda você não consegue trabalho é pouca demanda de emprego (ENTREVISTADA 01, 2022).

Quando começamos a conversar sobre como ela ficou sabendo de Joinville, ela conta a história do primo que morava no Brasil e inclusive, não conseguia emprego fixo e tentou retornar ao Haiti para tentar visto para outro país, como ficou difícil para conseguir, voltou ao Brasil.

ele voltou para o Haiti 2016 aí para o outro projeto ele tava querendo ir para outro lugar aí quando chegar lá é difícil arrumar o visto, aí ele volta para o Brasil [...] ele não tá trabalhando aqui ele volta para Haiti pra ir pra outro lugar, porque não trabalha, tem um filho dele sustentar, aí quando ele tá difícil, vai voltar, aqui ele não vai pagar escola com filho vai poder estudar no Brasil de graça né na escola público com filho aí fica no Rio de Janeiro 4 anos né desde 2018 até 2021 final, 2021 não consegui um emprego fixo ele conseguiu serviço um mês dois meses fica parado aí amigos dele foi chamar ele vai vir com o Joinville que tem várias empresa (ENTREVISTADA 01, 2022).

Neste enredo, ela conta que o marido e ela se planejaram para vir para Joinville também, visto a promessa de emprego farto e a esperança de que ela conseguiria exercer sua profissão que ela conta mais a frente, formada em técnico de enfermagem no Rio de Janeiro. Ela e o marido cogitaram em ele vir primeiro e ficarem se vendo de 15 em 15 dias, mas ficaria inviável pois não queriam criar seu bebê longe um do outro.

[...]eu tava querendo ficar lá no Rio de Janeiro para ele ficar trabalhando aqui, mas falei a família para ser separado um bebê pequeno não faz essas coisas a gente vai junto ele falou também que eu vou poder trabalhar na minha área ele me deu a esperança é assim que a gente mudou para cá. E aí 5 outubro, deu 15 dias já tinha conseguido ele fazer inscrição para ele já foi chamado. (ENTREVISTADA 01, 2022)

Assim, começamos a conversar de como que foi a percepção da cidade, de como falaram para ela o que seria e o que encontram.

Tem sim tem várias emprego assim demanda, mas para mulheres é mais difícil para arrumar emprego, para mulher fica mais difícil não sei se é para mulher estrangeira ainda não consegui fazer essa pesquisa se ela tá difícil para os brasileiros também trabalho [...] de atendente que eu já tenho experiência, mas mesmo assim eu não tô conseguindo [...] (ENTREVISTADA 01, 2022)

Pergunto a ela referente a creche para o menino dela, pois para a mulher enquanto mãe e trabalhadora, ter vaga na creche é essencial para que possa trabalhar fora, se já conseguiu alguma vaga ou cadastro, ela diz “também não consegui nada e já tá cadastrado no sistema, mas ainda na espera” (ENTREVISTADA 01, 2022).

O que chama atenção também, é um comentário que faz, curto, porém significativo para compreensão da escassez de políticas públicas, ou até mesmo a inexistência de uma assistência voltada para a população imigrante, ela comenta que tentou ir ao CRAS do território para ajudar uma amiga no cadastro, porém não recebeu atenção e mandaram ligar, ela se mostra indignada, pois não tinham créditos no celular para ligar e ela estava lá, para ela não custava nada terem atendido ou prestado informações lá. A questiono se ela teria já o Cadastro Único, pois é meio que alcançar benefícios, ela diz que não perguntaram se ela queria fazer, indicando que, talvez, a população não recebe a atenção devida nos equipamentos técnicos socioassistenciais.

Avançando a discussão pergunto mais sobre as questões de quando ela faz os cadastros nas agências de emprego, pois o sentimento é de que há uma lacuna entre o que as agências dão de retorno e da efetividade da situação, visto que a entrevistada diz que desde que chegou, nunca recebeu chamada nem para entrevista, mesmo tendo

experiência. Ela relata que, “quando eu fui à agência a maioria vez que eu fui pela eles me identificar porque eu tenho carteira de estrangeiro, mas para o português eles dão parabéns você falar e entender bem você vai conseguir logo [...]” (ENTREVISTADA 01, 2022).

Continua a falar explicando que não sente preconceito quando chega nas agências de emprego ou no atendimento destas na hora dos cadastros, mas quando pergunto sobre como se sente na vida social, frequentando outros espaços na cidade.

Eu sempre fui bem recebida, mas só na loja que hoje já veio algum preconceito, mas eu não ligo porque eu sou cristão nunca liguei nisso, então não sei se eu sou de fora ou porque eu sou negra. [...] Meu dever como cristão eu tenho que acolher tem que acolher e tem que tratar bem porque esse dever que Deus deu para gente fazer né [...] (ENTREVISTADA 01, 2022).

Ainda, ela fala com muita ênfase sobre sua fé e sua convicção que trata todos como iguais, que mesmo tratando ela mal, ela não retribui, essa característica da religiosidade é algo que é muito forte entre as mulheres haitianas.

Quando conversamos sobre as características da cidade, como ela via o povo e a rotina que estabelecem aqui, bem como como via as diferenças de trabalho, o que o povo haitiano relaciona ao trabalho e como ela vê Joinville. “No Haiti, 10 pessoas em uma casa, só um trabalhando né a quantidade de horário também é mesmo você pega trabalho lá sete você sair quase três e pouco depende da empresa né entendeu [...]. (ENTREVISTADA 01, 2022). Ainda, continua falando novamente do que ambicionam os jovens que saem do seu país de origem em busca de uma vida melhor.

Todo o jovem quer sair um pouco a oportunidade de outro país como o Brasil sempre foi abraçar os haitianos tipo assim tipo documento você eu tenho dificuldade para fazer só esses dois meses dois anos que está ficando difícil para os documentos, mas eu acho que por causa da pandemia, mas lá um documento foi fácil não, foi difícil” (ENTREVISTADA 01, 2022).

Sobre a rede de apoio diz que,

Tava aqui sem saber aonde ir, só informação que os haitiano que já morava aqui assim fala onde tá as coisas onde tem que fazer as coisas, Joinville não tem mesmo centro do imigrante tem que pegar as informações meio assim [...]. Eu achava que era fácil para mim conseguir emprego porque eu já tenho experiência, mas eu percebi que não foi tão fácil eu acho que é mais fácil para o homem conseguir emprego aqui que mulheres [...] porque tenho experiência para mim é difícil porque eu sempre gosto de trabalhar né eu achava com o meu filho na creche eu poderia conseguir o trabalho [...] lá no Rio de Janeiro

eu trabalhava de atendente e no técnico de enfermagem fazer estágio em hospital público, no Hospital Israelita Albert Einstein, no Salgado Filho (ENTREVISTADA 01, 2022)

Sobre o que pensava da cidade ou o que falavam sobre surge uma questão que estava tentando abordar aos poucos, se ela já teve alguma recusa mais incisiva no mercado de trabalho,

Eu tava saindo do Rio de Janeiro me falaram que o povo é muito fechado no sul [...] e o povo aqui é gente boa mais ou menos, tem gente boa mais ou menos porque igual eu fui lá na padaria ele bota a ficha de atendente tá precisando e a atendente ela falou assim tá precisando quando eu foi falar com o gerente ele falou não tem vaga não. (ENTREVISTADA 01, 2022)

As entrevistas tiveram um espaço de tempo entre elas, desde o último encontro onde as mulheres se voluntariaram para contar suas histórias e trajetórias, muitas entraram em contato pelo aplicativo de conversas online e pediam se ia demorar muito para chamá-las. Algumas das que se ofertaram, não responderam se ainda queriam participar e por isso, os agendamentos na casa da Dona Nazarita se espaçam. As conversas eram pensadas para proporcionar a elas maior segurança e menor impacto possível em suas rotinas, por isso, a contribuição da Dona Nazarita foi fundamental, ter esse elo fundamental para que estas pudessem participar.

No mês seguinte, entrevistei a segunda mulher, com muita dificuldade em compreender o português, aparentemente fugia para o celular no meio da conversa, claramente por estar constrangida de não conseguir se comunicar. Tentava ao máximo diminuir a questão de “hierarquia” intelectual e até mesmo violência simbólica, ela falava pouco francês e começamos a conversar de como era difícil aprender uma nova língua, aos poucos trocamos aplicativos e algumas palavras em francês, a confiança foi sendo estabelecida. Até que propus se ela queria que sua amiga talvez pudesse ajudar, esta que é a entrevistada 01, a partir deste ponto a conversa fluiu melhor.

A entrevistada 01 atende de prontidão ao pedido da amiga em ajudá-la a responder em português a entrevista, algo notório foi que esta que sem pensar veio auxiliar, vendeu cocada o dia todo com seu filho pequeno nos braços, pois precisa muito trabalhar e sem conseguir emprego desde que chegou na cidade, viu a venda da cocada como alternativa, segundo ela, ganha em torno de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia.

Na tentativa de levar uma conversa mais direta, visto o cansaço da amiga e que ambas têm bebês pequenos para cuidar e que delas dependem integralmente, começo perguntando para que ela conte um pouco sobre ela e sua trajetória no Haiti. Irei descrever

de forma indireta seus comentários, visto que por sua dificuldade em se comunicar, sua amiga fez as traduções e ajudava a falar poucas frases no português.

Aos 36 anos, a entrevistada 02, veio do departamento de Nipi, na sua terra natal ela exercia o papel de comerciante e tem boa experiência no comércio, deixou no Haiti três filhos, estes que dependem das remessas enviadas. Quando ela e o marido decidiram deixar o país devido a insegurança e ao perigo inerente que o local demonstrava, a primeira escolha foi São Paulo, pois tem uma irmã que lá reside, porém, devido as duas “não se darem muito bem” ela escolheu vir para Joinville, onde já tinha um primo que aqui trabalhava. Diferente da entrevistada 01, ela veio para cidade para ficar com o primo, porém seu marido foi para o Chile trabalhar para poder sustentar a família, o que atravessa essa história é que ela ficou sozinha na cidade e grávida, desta forma não conseguia nem trabalho, nem condições de sair da condição de vulnerabilidade que se encontrava, pois logo que ela chegou o primo decidiu ir embora, deixando ela com aluguel e todas as responsabilidades a ela e o dinheiro que seu marido a mandar, não é suficiente para tudo que precisa.

A amiga na tentativa de ajudá-la a contar sua história nos relatou que ela até conseguiu trabalho no primeiro mês que morou aqui em sua casa lar de idosos, mas durou apenas pouco menos de um mês e esta não soube dizer o motivo da dispensa. Quando conta como foi ter a bebê, sua quarta filha, relata que foi acolhida por uma ordem de irmãs da cidade, onde conseguiu desde o parto, como toda questão de apoio a documentos, cadastros na assistência social, bem como cadastro para vaga na creche. Nos relatos atravessados pela interlocução e a fuga da entrevistada para o celular, ela ia e vinha em sua história de forma não linear, dizendo que no Haiti tinha estudado somente até o primeiro grau, no Brasil, equivalente somente até a 8ª ou 9ª série. Pergunto a ela se ela teve acesso às aulas de português da cidade, pois no momento cogitei que essas estavam sendo ofertadas de forma oficial, com certificado. Em sua fala disse que tentou ir, mas nas duas últimas vezes que foi, não teve aula. Não cheguei a ir a fundo pois ela não sabia explicar o motivo da ausência do professor.

Ao tentar ingressar no assunto do campo do trabalho, já desconfiava que esta não tinha muita percepção dos enfrentamentos e constrangimentos, pois a amiga confirmou ao conversarmos sobre que ao não compreender a língua poderia não perceber falas que

poderiam julgar ou mesmo perceber a dicotomia na realidade do mercado de trabalho e sua condição de mulher negra e imigrante.

A amiga a define como “inocente” para esta não percepção da realidade. Pergunto então a ela, qual é o sentimento de morar na cidade, ela responde “tristeza” e interpreta esse sentimento como “cidade difícil para mulher” (ENTREVISTADA 02, 2022). Finalizando nossa conversa, eu com o bebê da amiga e entrevistada 01 no colo enquanto elas me faziam os relatos, as duas comentaram que foram naquela semana até Pirabeiraba, bairro este que é distante e é um distrito da cidade. Ao questionar qual foi a experiência delas em ir até lá buscar trabalho nas empresas da região, disseram que só receberam não, pois as vagas eram para homens, novamente o relato que ouço é de descontentamento ao perceberem que não há vagas de trabalho para elas na cidade.

É importante inserir aqui para entendimento, que Joinville por ser um polo industrial, principalmente do setor metalmeccânico, as vagas ofertadas são voltadas para o operacional das fábricas, envolvendo a produção e manutenção, e a questão do sexo não pode ser divulgada nos informativos de oferta de trabalho segundo Constituição Federal de 1988, onde é proibida qualquer prática discriminatória no acesso ao trabalho ou de sua manutenção por motivo de sexo, origem raça, cor, estado civil, situação familiar, entre outras prerrogativas².

Nas percepções, quando deixo a conversa em termos finais e que começamos a nos despedir, relatam a história de uma conhecida haitiana que se encontra muito doente, a entrevistada 01 a auxiliou a traduzir as receitas e encaminhamentos, no momento é perceptível o despreparo do sistema em encaminhar e atender essas mulheres de forma integral, respeitando sua condição de migrante, não há assim uma sensibilidade, uma atenção maior, visto que estas já em condição vulnerável e travando mais uma vez as intersecções, envolvendo raça, classe e gênero, envolvendo sua vulnerabilidade social e em um condição de saúde debilitada.

A próxima entrevista, assim como as outras mulheres, foi pensada para ter o melhor aproveitamento em um curto espaço de tempo, visto que os horários em que elas podiam, eram sempre próximo do horário de almoço ou mesmo final do dia, também, atravessados por cuidado doméstico, filhos e compromisso com o trabalho fora de casa, como a venda de cocadas na rua ou porta a porta.

A terceira entrevistada, 52 anos, carrega em sua trajetória as avenidas da violência de gênero, começa sua história relatando sobre como sofria com seu marido no Haiti,

segundo ela, brigavam muito e ele não a tratava bem e ao que parece, isto foi o que impulsionou sua vinda ao Brasil, isto ligado ao fato das questões econômicas do Haiti, bem como, as questões educacionais, pois queria que seus dois filhos fossem para a faculdade. Ainda, ela relata que o marido não apoiava no desejo de que os filhos almejassem estudar e que a família tivesse condições melhores.

Desta forma, a entrevistada 03 começa o contato com seu irmão que já vivia na cidade, este a orientou sobre a vinda e que Joinville seria fácil para conquistar emprego. Inicia então, em 2014 o planejamento para vir para o Brasil, saindo de Porto Príncipe dois meses depois de ter fugido de casa e ter pedido abrigo para sua irmã, tudo havia sido pensado, pois ela ainda aguardou seu filho mais velho terminar as provas finais a diz, até que de fato consiga embarcar sozinha para a cidade de Joinville. Somente depois de dois anos e meio que consegue dinheiro para trazer o filho mais velho para junto dela, e está com processo para trazer seu filho mais novo de 16 anos que ficou com o pai no país de origem.

Durante a conversa, se pode perceber quão marcada por sua história de enfrentamentos e batalha por seus filhos, pois, reforça em várias partes da conversa sobre seu desejo e luta para que eles possam estudar. Relata com detalhes que chegou em Joinville no dia 02/10/2014 e que já no segundo dia conquistou seu primeiro trabalho no Brasil em uma lanchonete, diz que era muito bem tratada e apesar não ter ainda aprendido o português na época, conseguiu superar as adversidades.

Com esta entrevistada não houve vínculo anterior e isso se torna muito evidente ao perceber que não havia nível de intimidade nas respostas, bem como, ficava perceptível que mesmo que esta encontrasse no campo do trabalho dificuldades e que estas condições eram precárias, ela contornava que era necessário trabalhar, sem olhar para tais questões, pois o objetivo era o salário, enviar remessas ao Haiti e conseguir se manter na cidade.

De forma ainda tímida, conseguiu relatar sobre uma experiência de trabalho, onde se esforçava muito e que havia recebido proposta de promoção, ela conta que trabalho ainda mais para mostrar merecimento, que a promessa era de que em três meses ela receberia aumento de salário por ter assumido maior responsabilidade, o que ela não esperava era que em três meses ela não recebesse seu salário com a proposta prometida.

² Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.

Desta forma, o dono do estabelecimento brigou com ela, gritou e disse que não ia a pagar, após a briga, ela solicitou desligamento e procurou outro emprego.

“Nunca fica sem trabalhar” (ENTREVISTADA 03), completa ela, contando sobre suas experiências na limpeza, cozinha e costura, e reforça que não percebia que era tratada diferente pois, “eu tava lá pra trabalhar e pronto”. No Haiti ela conta que não tem trabalho e as pessoas se acostumaram a não trabalhar, neste momento, retoma a história do marido, contando que ele não quer trabalhar, que espera ajuda da família dele que mora nos Estados Unidos e do que ela manda para ajudar com o filho mais novo de 16 anos que ainda não conseguiu trazer para morar junto com ela.

Dos mecanismos de assistência social, diz que teve fácil acesso e que “correu atrás” para se cadastrar e poder receber os benefícios. Tentei de forma sutil discutir sobre os aspectos culturais de Joinville, marcada pela valorização do trabalho e da colonização, foi neste momento que ela relata que às vezes percebe que as pessoas não a responderam, que a ignoram, mas logo já retomou seu discurso de que é tudo muito bom aqui no Brasil.

De fato, sua trajetória é pautada na batalha constante de conseguir sobreviver e trabalhar seja com que condição for, seu ideal foi e continua sendo alavancar os estudos dos filhos e poder continuar trabalhando no que aparecer para ela, pois no Haiti ela era comerciante, tinha um pequeno brechó em sua residência.

Em outro momento de entrevistas, convido uma mulher que conheci em uma reunião de políticas públicas para mulheres em Joinville, nas conversas daquela noite, ficou indubitável que a relação de políticas públicas versus o acesso das mulheres imigrantes é frágil e limitada, visto que o município não investe nas pautas imigrantes.

Irei identificar esta, como entrevistada 04, com 36 anos atualmente, é formada em bacharelado em direito e tem uma filha que tem menos de um ano de idade, ela haitiana, mora na cidade a oito anos, em 2014 chega ao Brasil pela fronteira do Acre, ficando doze dias em abrigo para conseguir regularização. No dia da entrevista, ela chega depois do horário que combinamos, pois chamaram ela de última hora para levar documento faltante para averiguação de matrícula de sua bebê na creche, conta ainda que teria que voltar na segunda-feira para que fizesse uma entrevista, conta ela indignada que teve que ir sem programação alguma levar documento e que relata não estar na listagem inicial.

Por fim, quando iniciamos nossa conversa, ela conta que no Haiti estudava gestão de projetos, pois trabalhava na recepção de uma construtora, e, que morava com seus pais na capital, Porto Príncipe. Quando o terremoto atingiu o país, ela cursava apenas o 1º

semestre do curso, ela relata que a situação ficou difícil e que não conseguia mais se manter nos estudos e encontrar emprego, isso ligado ao fato do aumento da violência, foi quando ela decide emigrar para a República Dominicana.

Quando chega no Brasil, ela vai até Rondônia, onde trabalha apenas um mês, depois, já vem até Santa Catarina aonde chega em Chapecó, cidade onde conhece seu marido e trabalha numa empresa de frangos de corte, ela relata que era bom pois a empresa fornecia moradia e comida aos imigrantes que lá trabalhava, mas não ficou mais tempo pois não se acostumou com o frio do ambiente de trabalho.

Interessante perceber nos relatos iniciais, foi que ela resume sua história com os pontos que ela julga como mais importantes e finaliza a fala com “essa é minha trajetória”. Há uma ausência das experiências dadas como ruins ou que a excluíram dos espaços, e, aos poucos quando inicio a fazer alguns questionamentos sobre suas experiências ela começa contando sobre sua experiência anterior a faculdade, quando trabalhava na limpeza da faculdade, esta que se tornaria acadêmica meses depois. Nesta instituição ela trabalhou por 2 anos e 7 meses.

Enquanto tentava entender melhor sobre essa experiência, visto que ficou um longo período empregada na mesma oportunidade, ela começa contando os enfrentamentos que passou. Ela conta que,

Quando eu começar a pensar fazer faculdade bem diferente da realidade de uma pessoa que tá querendo fazer a faculdade. Difícil, quando eu começar a pensar fazer faculdade como você sabe eu tava trabalhando no auxiliar de limpeza que é bem diferente da realidade de uma pessoa que tá querendo fazer faculdade, Meu líder não queria deixar eu fazer, ele fez tudo para eu não conseguir fazer a faculdade, ele dobrou minhas tarefas, se você trabalhar você não vai conseguir fazer, você não vai ter dinheiro para fazer [...]. (ENTREVISTADA 04, 2022)

Quando a entrevistada 04 diz, “meu líder”, entende-se que é uma mulher, por isso na conversa a questiono-a se a chefe era mulher, branca e brasileira e ela diz que sim, que era uma pessoa que nas palavras dela, era “de baixo também”. Ainda, continua contando que foi insultada por essa mesma chefe dizendo que ela a indagou, “você é pobre e você quer cursar direito?” E ela respondeu, “Mas pobre não estuda direito aqui no Brasil? Só pessoas ricas? (ENTREVISTADA 04, 2022). Neste momento é impossível não recordar sobre a faixa na obra "Os Estabelecidos e Outsiders", onde os mesmos que também estão em situações subalternas, excluem os recém-chegados.

Em outro relato, o comentário da chefe nos remete exatamente a uma das hipóteses do trabalho, conduzindo ao entendimento de que é limitado quais espaços é permitido à mulher migrante, a chefe disse a ela que “se tu sair daqui tu vai vender cocada no centro[...], e ficou me incomodando para eu desistir, mas eu não desisti. (ENTREVISTADA 04, 2022). Nas falas, ela diz que não iria desistir dos seus estudos, pois no Haiti ela estudava e não iria abandonar seus objetivos, assim, ela diz que quando começou a cursar direito nesta instituição, a diretora recusou uma vaga na biblioteca e que ela precisava permanecer na limpeza, além de retirar o desconto da mensalidade do curso que o antigo diretor havia fornecido a ela por reconhecimento do seu esforço. Ainda, ela menciona que a chefe dela havia conversado com a diretora para que dificultasse o processo, a entrevistada 04, pensou que pôr a diretora ser mulher, pensou que a entenderia, que veria seu esforço, porém o que recebeu foi apenas recusa e invisibilização.

Ao deixar a conversa em um nível maior de proximidade, a entrevistada conta sobre sua situação familiar, onde precisa urgente de renda, pois seu marido pediu a demissão e aos poucos relata que o marido era discriminado no trabalho, onde o superior o tratava mal, demonstrando racismo é evidente xenofobia, incluindo, que ele não sairia porque não iria conseguir trabalho novamente. Após, ela conta que quer ter condições de ter uma vida confortável e fornecer à filha subsídios para todo cuidado necessário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs em investigar as trajetórias das mulheres imigrantes haitianas residentes do Bairro Comasa no mercado de trabalho de Joinville/SC. Sendo assim, ao chegar nas considerações finais desta pesquisa, precisa-se compreender novamente o que trouxe até a discussão da ausência de oportunidade e lugares sociais para as mulheres haitianas na cidade, neste sentido, os fatores de exclusão tocam nas questões de raça, classe e gênero e a escassez de políticas públicas para esta população.

Desta forma, o questionamento do problema de pesquisa, de quais seriam as trajetórias e condições de inserção de mulheres haitianas do bairro Comasa no mercado de trabalho em Joinville/SC, se mostrou muito mais complexo do que o previamente analisado, as hipóteses, além de se confirmarem, expandiram os pontos de análise e desta forma, seria necessário um extenso campo de pesquisa, investigando empiricamente as comunidades imigrantes da cidade, uma investigação profunda das realidades enfrentadas pelas mulheres, pois o bairro Comasa, é apenas um recorte de tantas outras trajetórias das mulheres haitianas em Joinville. O produto desta pesquisa, portanto, não é algo acabado, pois as trajetórias são constantes e mutáveis, cada uma dá um significado e estas podem se alterar com o tempo.

Algumas opressões enfrentadas pelos imigrantes em Joinville, não se traduzem apenas através de apagamentos, mas também na definição de espaços específicos à margem da sociedade joinvilense. Do ponto de vista da análise sociológica, perceber esses lugares sociais na qual a população negra é historicamente destinada, traduziu parte das análises da pesquisa, um exemplo são os trechos observados sobre a população negra no Museu de Imigração do município, nele há uma citação que me permiti interpretar que a população negra, de forma limitada, é posicionada na história municipal como pessoas que foram escravizadas, não buscando expressar o lugar do negro como parte integrante na construção histórica de Joinville, além da escravização.

Salienta-se que, visto que o interesse central do presente estudo se concentra na análise social da construção da cidade e como as trajetórias das mulheres haitianas se cruzam, novamente, nas intersecções de raça, classe e gênero, não houve um aprofundamento no que tange a história oral ou outros lugares que poderiam abrigar relatos e registros decoloniais.

A árdua tarefa de observar envolve não somente dispor de análises posteriores, mas de compreender formas de investigar as entrelinhas, dos mais variados graus de coerção, assim como a responsabilidade de abordar os relatos com uma avaliação concisa, onde mesmo aquilo que fica imperceptível ou sobre as violências simbólicas consigam ser explicadas através daquilo que demonstram, além das falas por elas produzidas, seja através de atitudes em grupo, ou seja, como elas se tratam no coletivo, sentimentos que são partilhados, linguagem corporal e outras ações que podem ser observadas na observação participante, isso é possível através do uso da etnografia na sociologia.

É perceptível durante as observações, que estas mulheres guardam consigo traços de uma sociedade machista, na qual a competitividade entre elas torna-se agressiva em muitos momentos. Mesmo pertencendo a um mesmo grupo social, apresentam graus de coerção próprios e não conseguem estabelecer unidade para lutar por melhores condições, constata-se que estes fatos são originados a partir da cultura patriarcal, quanto resultado das vivências prévias no país de origem.

Nas perspectivas do mercado de trabalho, campo este que é o foco na análise das trajetórias, desde o projeto de pesquisa as impressões começam a ser coletadas, pois se torna uma ação constante, visto que para compreender a dinâmica social deste espaço, somente convivendo, visitando e coletando informações para que possa ser construído um olhar sobre o mercado de trabalho e as relações de inserção e permanência das mulheres haitianas. Pode-se observar que a dinâmica de exclusão se torna protocolo para muitos processos seletivos, nenhum empregador explicita a exclusão, está nas entrelinhas, no não chamamento, na não oportunidade de entrevistas, no dizer que não há vagas, mesmo havendo oferta. A exclusão das mulheres imigrantes haitianas no mercado de trabalho joinvilense fica explícita durante as entrevistas, quando estas mencionam que percebem que não há lugar para elas na cidade.

A análise se estende também, para aquelas que alcançam oportunidades de emprego, mesmo assim, ficam expostas as mais diversas violências, embora elas não as percebam, pois focam em seu objetivo que é angariar sobrevivência. Sobreviver não deveria ser o objetivo, uma vez que estas deveriam pensar e gozar dos direitos fundamentais e da dignidade humana, não deveriam ter que escolher entre ter uma moradia digna ou comer, ou mesmo, sem condições, terem que pagar creches para que possam ir procurar trabalho e ainda não ter sucesso na inserção. Sucesso este que não

depende de seus esforços, pois necessitam que um empregador ofereça a oportunidade de emprego e as contrate.

É óbvio na análise que as questões da língua incidem sobre as decisões de contratação, porém, em uma cidade onde a imigração é marca histórica, esta deveria estar já mais preparada para abrigar e oportunizar vida digna a elas, desta forma, não há outra forma de iniciar uma vida digna sem que haja um trabalho digno para que alcancem cidadania.

Assim, a articulação dos eixos centrais de análise da pesquisa da motivação por migrarem e da escolha de Joinville como sede para novo lar, caracteriza além das escolhas forçadas e de diáspora, enfrentamentos diários vivenciados na sociedade joinvilense, pois as expectativas de reconstrução nem sempre se concretizam, pois mesmo quando encontram trabalho ou alcançam níveis educacionais no Brasil, ainda se encontram subalternizadas e enfrentando além de questões de xenofobia, violências e racismo.

Portanto, é necessário não só que tenhamos um melhor desenvolvimento de políticas públicas, ou capacitação para atendimento desta população, que a sociedade civil seja capaz de reconhecer a importância das demais trajetórias na cidade. A concepção em torno das trajetórias e experiências no mercado de trabalho, vividas pelas mulheres haitianas, conduz o olhar sociológico para além das redes de solidariedade, que acompanham as experiências e somam para que tenham o mínimo de dignidade humana, de como as violências e exclusões estão intrínsecas na sociedade e de como a negação desta existência faz com que as exclusões permaneçam e que a trajetória não seja reconhecida, assim, precisa-se reconhecer, pois, se não vistas, não serão ouvidas.’

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Ed. Jandaíra, 2021.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, p. 119-143, 2017.
- BEAUD, S., WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo: produzir e interpretar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2014. (p. 118-150)
- BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 747.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda parte. In: BORDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.
- CHAMPAGNE, Patrick et al. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. Echogéo, v. 2, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.
- COELHO, Ilanil et al. Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010). 2012.
- CUNHA, Dilney. História do trabalho em Joinville: gênese. Toda Letra, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Epistemologias do Sul. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 80, p. 5-10, 2008.

DE HAAS, Hein; CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. The age of migration: International population movements in the modern world. Bloomsbury Publishing, 2019.

DUBET, François et al. Injustiças: a experiência das desigualdades no trabalho.

Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Zahar, 2000.

ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1999.

GIDDENS, Anthony. Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise. Petrópolis: Vozes, 2018. 262 p.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Editora Filhos da África, 2018.

GUERREIRO, Juliane. O Não-lugar do negro na história de Joinville.

Monumental-Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 1, n. 1, p. 28-51, 2020.

GUEDES, Sandra P. C. A. A escravidão em uma colônia de alemães. In: Simpósio Nacional de História: história e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. v. 1. p. 1-10.

GOMES, Irene. Apenas 5,5% dos municípios com imigrantes têm serviços focados nessa população. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao>. Acesso em: 05 abr. 2021.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Comunicação & Cultura, n. 1, p. 21-35, 2006.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, PHILIPPE. Conceito de trabalho. São Paulo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal, Coordenadoria Especial da Mulher, p. 65-69, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 14, n. 26/27, 2006.

- LÔBO, Jase Alcântara. Para além da imigração haitiana: racismo e patriarcado como sistema internacional. Curitiba: Appris, 2020.
- LORDE, Audre et al. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina-SC. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 5, n. 1, 2015.
- MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 1-14, 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe e status. Tradução de Merton Porto Gadelha. Rio de Janeiro Zahar, 1967.
- Maruani, Margaret. Emprego*. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.
- MEJÍA, Margarita Rosa Gavia; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais, v. 14, n. 27, p. 171-190, 2017.
- MONTAGNER, Miguel. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias, p. 240-264, 2007.
- QUIMINAL, Catherine. Descubra os migrantes. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. Recife: SOS corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. Redes, sociedades e territórios, v. 2, p. 29-50, 2005.
- SCHLESENER, Anita Helena. As novas condições de subalternidade. SCHLESENER, Anita Helena. Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 135-149, 2016.
- SOARES, Ana Lorym; SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, p. 20-45, 2006.

TAVORY, Iddo; TIMMERMANS, Stefan. Two cases of ethnography: Grounded theory and the extended case method. Ethnography, v. 10, n. 3, p. 243-263, 2009.

FONTES DE PESQUISA

MUNDIAL, Banco. O Banco Mundial no Haiti. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BERALDO, Evelim Sacardo. Perfil grupo de mulheres migrantes. Mensagem recebida por thalissa.cavejon@gmail.com. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/cras/FMfcgzGmtXFksMDcQPzftgMZjstmvmph> Mensagem recebida por: <evelin.sacardo@joinville.sc.gov.br>. em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante.. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1995). Lei nº 9029, de 13 de abril de 1995. Lei Nº 9.029, de 13 de Abril de 1995. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19029.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

CATARINA, Governo de Santa. Santa Catarina tem 11 cidades entre as 100 que mais geraram empregos em um ano. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/emprego-e-relacoes-do-trabalho/santa-catarina>

-Tem-11-Cidades-entre-as-100-que-mais-geraram-empregos-em-um-ano. Acesso em: 10 ago. 2021.

ENTREVISTADA 01. Entrevista. Concedida a Thalissa Cavejon. Joinville. 01/03/2022

ENTREVISTADA 02. Entrevista. Concedida a Thalissa Cavejon. Joinville. 24/03/2022

ENTREVISTADA 03. Entrevista. Concedida a Thalissa Cavejon. Joinville. 30/03/2022

ENTREVISTADA 04. Entrevista. Concedida a Thalissa Cavejon. Joinville. 14/04/2022

EMPREGO, Sistema Nacional de. Solicitação de dados para pesquisa de Mestrado. Mensagem recebida por thalissa.cavejon@gmail.com em 01/10/2021. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/sine/FMfcgzGikFrhRtZRMwRpKwGngkmTnZMV> link. Acesso em: 09/10/2021.

FEDERAL, Polícia. Dados para Pesquisa. Mensagem recebida por thalissa.cavejon@gmail.com em 13/05/2021. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/policia+federal/KtbxLxgGBWBWQqHSWVs mJkwLJNfGPkrkDV> link. Acesso em: 15/05/2021.

IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/joinville.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

JOINVILLE. Joinville Bairro a Bairro 2017. 2017. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Joinville-Bairro-a-Bairro-2017.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

JOINVILLE, Prefeitura de. Joinville é certificada pelo bom atendimento aos migrantes. 2021. Relacionado a: Secretaria de Assistência Social - SAS. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/joinville-e-certificada-pelo-bom-atendimento-aos-migrantes/>. Acesso em: 02 maio de 2022.

FLORIANÓPOLIS. LEI Nº 10.735, DE 28 DE JULHO DE 2020. 2020. Disponível

em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2020/1074/10735/lei-or-dinaria-n-10735-2020-dispoe-sobre-a-politica-municipal-para-a-populacao-migrante-com-objetivos-principios-diretrizes-e-acoeprioritarias?r=c>. Acesso em: 01 mar. 2021.

IOM. WORLD MIGRATION REPORT 2020. Disponível em:

https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

NSCTV. Vereadores de Joinville sugerem criação de centro de referência para imigrantes. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9776815/?s=0s>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, Suelen Soares da. Documentário produzido em Joinville resgata a história dos negros na cidade. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/diversao/documentario-produzido-em-joinville-resgata-a-historia-do-negro-na-cidade/>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

SILVA, Suelen Soares da. Pichação em parede causa polêmica nas redes sociais em Joinville. 2016. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/pichacao-em-parede-causa-polemica-nas-redes-sociais-em-joinville/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

UNIVILLE (ed.). Cartilha dos Direitos do Imigrante em Joinville/SC. 2021. Disponível em: <https://iddh.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Cartilha-dos-Direitos-do-Imigrante.pdf>. Acesso em: 02 maio de 2022.

ANEXO 1

PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS.

- 1- Sua história no Haiti (nome, idade, localidade no Haiti, família (casamento, pais, filhos etc.), escolaridade, profissão);
- 2 - Porque escolheu Joinville e quais cidades morou antes no Brasil, o que te motivou?
- 3 - Visões sobre Joinville e qual realidade que enfrentam aqui, como foi o acolhimento?
- 4 - O que você considera ser a maior dificuldade na cidade (escola, linguagem, locomoção, oportunidades);
- 5 - Você consegue no serviço público apoio ao imigrante, você se sente cidadã ou as pessoas tratam diferente;
- 6 - Como é ou foi sua experiência procurando emprego, as pessoas relatam o que para vocês quando contratam ou dizem que não podem contratar?
- 7 - Passou por perguntas ou situações de desconforto ou preconceito no trabalho?
- 8 - Como era o trabalho no Haiti e como vê aqui?
- 9 - Tiveram apoio no trabalho ou quando procuravam?
- 10 - Quem é sua rede de apoio na cidade?